

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2007/2008



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**AS FONTES DE PODER NA ACTUALIDADE.
O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA PREVENÇÃO,
GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.**

**António José Fernandes de Oliveira
MAJ Inf**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS FONTES DE PODER NA ACTUALIDADE.
O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA PREVENÇÃO,
GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.**

MAJ Inf. António OLIVEIRA

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2007/08

Lisboa – 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS FONTES DE PODER NA ACTUALIDADE.
O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA PREVENÇÃO,
GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.**

MAJ Inf. António OLIVEIRA

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2007/08

Orientador:

TCOR NAV António EUGÉNIO

Lisboa – 2008



Agradecimentos

Durante o período de realização deste trabalho de investigação individual, beneficiei de inúmeros apoios aos quais desejo expressar o meu reconhecimento.

O primeiro agradecimento pessoal é dirigido ao meu orientador, Tenente-Coronel António Eugénio, pela sua permanente disponibilidade, incentivo, paciência e apoio.

Os agradecimentos seguintes vão para todos aqueles que contribuíram com os seus conhecimentos e conselhos para estruturação e elaboração deste trabalho. Um reconhecimento especial, ao Major General Rodrigues Viana e ao Brigadeiro General Martins Branco pela disponibilidade em me receberem, pelas ideias valiosas que me transmitiram e indicações sobre o trilha a percorrer para o desenvolvimento do tema.

Foram diversas as personalidades e amigos com quem partilhei e discuti este estudo. Sabendo estar a ser injusto por eventuais esquecimentos, não posso deixar de relevar a colaboração dos Tenentes-Coroneis Valente Marques, Camilo Monteiro e Proença Garcia, pelo seu apoio permanente e os seus conselhos, que me permitiram seguir o “caminho das pedras” de acordo com os objectivos definidos.

A todos o meu profundo agradecimento e bem-hajam.



Índice

Resumo	iv
Abstract.....	v
1. Introdução	1
2. O Poder - das fontes ao seu emprego.....	4
a. O Poder.....	4
b. As fontes do Poder	6
(1) As fontes naturais	6
(2) As fontes sincréticas	7
(3) As fontes sócio-psicológicas	8
c. A importância das fontes de Poder na actualidade.....	9
d. Do potencial ao Poder	10
e. Os instrumentos do Poder	11
f. A utilização dos instrumentos do Poder	12
3. A importância do instrumento militar.....	15
a. O Poder militar e as suas fontes	15
b. O declínio do Poder militar?	17
c. A importância do instrumento militar na actualidade	18
4. O emprego do instrumento militar.....	22
a. A força militar na “era da informação”	22
b. A internacionalização das Forças Armadas	25
c. O emprego das Forças Armadas.....	26
d. O papel das Forças Armadas na resolução de conflitos	29
(1) A resolução de conflitos - O papel da ONU e da OTAN	29
(2) O papel da força militar	32
5. Conclusões	36
Bibliografia.....	41

Apêndices:

1 - Corpo de Conceitos

2 - O Contexto Estratégico e a Conflitualidade no pós Guerra-fria

Índice de Figuras

Figura 1 – Balanceamento dos Instrumentos do Poder

Figura 2 – O Processo da Resolução de Conflitos



Resumo

Converter recursos em Poder para obter os resultados desejados, requer uma estratégia bem delineada e uma liderança hábil por parte dos governantes, o que implica conhecer previamente o que está em “jogo”.

Os bens e recursos de uma sociedade evoluem com a conjuntura histórica e com o acréscimo ou declínio do conhecimento. São estes bens e recursos, tangíveis e intangíveis, as fontes de onde um Estado retira o seu Poder.

A globalização e a evolução rápida de processos na “era da informação” obriga a que cada Estado articule de forma flexível o desenvolvimento e a exploração das suas fontes de Poder, de forma a potenciar os seus pontos fortes e a reduzir ou minimizar as suas vulnerabilidades, quando emprega os seus instrumentos de Poder.

O “factor militar” foi desde sempre uma fonte de Poder e desempenhou ao longo da História um papel de grande relevância no tabuleiro estratégico onde os Estados fazem o seu jogo de Poder. No entanto, a evolução do contexto estratégico, com a diminuição das ameaças tradicionais à integridade territorial e a emergência de novas formas de conflito centradas nas pessoas, poderia ter colocado em causa a importância do instrumento militar. Com a emergência de novas estratégias operacionais, em contraponto com as estratégias de dissuasão que marcaram o período da Guerra-fria, a utilização do instrumento militar readquiriu novas dimensões e reforçou a sua importância, nomeadamente no apoio e credibilização de outros instrumentos de Poder.

Actualmente, ao Estado é pedido que disponha de umas Forças Armadas para fazer face a uma grande diversidade de tarefas e o emprego do seu instrumento militar continua a efectuar-se para dissuadir as ameaças e assim proteger os seus interesses vitais. No entanto, o seu emprego em novas missões, relacionadas com o bem-estar das populações e como vector de política externa, tem ganho terreno.

As solicitações das Organizações Internacionais, mormente da Organização das Nações Unidas (ONU) e a nova percepção da (in)segurança internacional estimularam a cooperação internacional entre os Estados e as suas Forças Armadas, levando à sua “internacionalização” e à sua orientação para o cumprimento de missões no âmbito da resolução de conflitos. Neste âmbito de actuação, o seu papel tem vindo a ser reforçado, especialmente em missões de imposição e consolidação da paz, visando a estabilização, reconstrução, democratização e desenvolvimento de Estados em situação de fragilidade.



Abstract

Converting resources into Power to achieve the desired results requires a well outlined strategy and a skilful leadership by the governments, which means, knowing in advance what is “at stake”.

The assets and resources of a society change with the historical juncture and the rise or decline of knowledge. These tangible and intangible means are the sources from which a State extracts its Power.

Globalization and rapid development in the “information age” requires that each State plans a flexible development and exploitation of their sources of Power, so as to enhance their strengths and minimize or reduce their vulnerabilities, when employing their instruments of Power.

The “military factor” has always been a source of Power and played throughout history an important role on the strategic board where the States do their game of Power. However, the evolving strategic context, with the decline of traditional threats to territorial integrity and the emergence of new forms of conflict centred on the people, could have put into question the relevance of the military instrument. With the emergence of new operational strategies, in contrast to the strategies of deterrence that marked the period of the Cold War, the use of military instrument reacquired new dimensions and reinforced its importance, particularly in the support and credibility of other instruments of Power.

Currently to a State is asked to have Armed Forces prepared to deal with a wide variety of tasks and the employment of its military instrument will continue to take place to deter the threats and thus protect their vital interests. However, their employment in new missions, related to the welfare of the people and as a vector of foreign policy, has gained importance.

The demands of International Organizations, especially the United Nations (UN), and the new perception of international (in)security boosted international cooperation among States and their Armed Forces, leading to its "internationalization" and its orientation towards the fulfilment of missions in the conflict resolution. In this field of action, their role has been strengthened, especially in tasks of peace enforcement and consolidation of peace, aimed at stabilization, reconstruction, democratization and development of States in a situation of weakness.



Palavras –chave

Conflito

Forças Armadas

Fontes do Poder

Instrumentos do Poder

Poder

Resolução de conflitos



Lista de Abreviaturas e Acrónimos

A

- AJP *Allied Joint Publication* – Publicação Aliada Conjunta
ADM Armas de Destruição Massiva

C

- C4ISR Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informações,
Vigilância e Reconhecimento.
CEDN Conceito Estratégico de Defesa Nacional

- CNU Carta das Nações Unidas

D

- DIME Diplomático, Informacional, Militar e Económico

E

- EBAO *Effect Based Approach to Operations* - Operações Baseadas nos Efeitos

I

- IESM Instituto de Estudos Superiores Militares

L

- LDNFA Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

M

- Mercosul* Mercado Comum do Sul (América do Sul)

- MTCR* Missile Technology Control Regime

N

- NA5CRO *-Non-Article 5 –Crises Response Operations* – Operações de Resposta a Crises

O

- OAP Operações de Apoio à Paz

- ONU Organização das Nações Unidas

- OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

R

- RAM Revolução dos Assuntos Militares

U

- USMC *United States Marine Corps* – Corpo de Fuzileiros dos Estados Unidos da América



1. Introdução

Num mundo global, de competição permanente e potencialmente conflitual, as ameaças tornaram-se mais fluidas e sofisticadas, logo mais difíceis de debelar e novos actores passaram a competir com os Estados no Sistema Internacional. Assim, aos Estados passou a ser mais difícil actuar apenas por coacção e influência, sendo também necessário que sejam atractivos e negoceiem com velhos e novos actores, muitos deles transnacionais.

Nas diversas contingências inerentes ao actual contexto estratégico, criar, organizar e saber usar o Poder, interna e externamente, constitui sempre uma necessidade absoluta e incontornável (Fontoura 2007: 7).

Um Estado tem como **fontes de Poder** um conjunto de recursos tangíveis e intangíveis (Moreira, 1999: 221) que são colocados à disposição da sua política. Sendo os recursos finitos e escassos, é fundamental que um Estado maximize de forma racional aqueles que tem à sua disposição, potenciando-os. Desta forma, é importante estudar e identificar quais as fontes onde um Estado pode ir buscar Poder e como pode utilizar os instrumentos do mesmo para atingir os seus objectivos, face ao contexto estratégico que o envolve.

De entre os **instrumentos do Poder**, é pertinente e relevante determinar qual é actualmente a importância do instrumento militar, face ao evoluir de outros instrumentos, como o económico, o diplomático ou o informacional e como pode o mesmo ser empregue de forma eficaz e eficiente pelo Estado, especialmente enquanto instrumento da política externa, na resolução de conflitos.

A **resolução de conflitos** implica a remoção das causas profundas e das manifestações de conflito entre partes e a eliminação das fontes da incompatibilidade das suas posições (Zartman, 1997: 11) e pode ser efectuada com recurso a meios coercivos e não coercivos.

Assim, tendo como enquadrante o Estado, o objectivo da presente investigação é identificar as actuais fontes de Poder e determinar qual a importância e o papel do instrumento militar no actual contexto estratégico e nos conflitos armados, nomeadamente na resolução de conflitos.

Como ponto de partida delimitamos o tema proposto nas seguintes áreas:

- O período de análise é o pós- guerra-fria;
- O Poder e as suas fontes são considerados como atributos de um Estado;



- A força militar empregue na resolução de conflitos não é uma das partes do mesmo, mas pode estar integrada numa Coligação, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) ou da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN);
- Os Estados referência deste estudo pertencem ao espaço europeu e norte-americano.

Como metodologia para a execução deste trabalho, foi seguido o método dedutivo, através da pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em apreço, centrado em autores de referência, bem como em todo o edifício doutrinário aprovado pelas diversas organizações internacionais com responsabilidades nesta área, como forma de verificar as hipóteses levantadas. Como complemento da análise, foram efectuadas entrevistas a personalidades que, pela sua experiência ou área de actividade, contribuiriam para um melhor enquadramento, análise e sistematização do assunto em estudo.

Assim, perante a problemática, definiu-se a seguinte questão central - Tendo como enquadrantes as fontes de Poder de um Estado, qual o papel do seu instrumento militar na actualidade?

Da questão central emanaram as seguintes questões derivadas:

- Q1: De que forma pode o Estado explorar as suas fontes de Poder para valorizar os seus instrumentos de Poder?
- Q2: Qual a importância do instrumento militar para um Estado na actualidade?
- Q3: Qual a função do instrumento militar no actual contexto estratégico e na resolução de conflitos?

Face às questões levantadas, são admitidas, no âmbito deste estudo as seguintes hipóteses de trabalho:

- H1: A exploração das fontes de Poder do Estado depende da situação, sendo predominantes as que permitem a valorização e a utilização do *soft power*.
- H2.1: O Poder militar continua a ser um dos principais instrumentos do Poder do Estado.
- H2.2: O Poder militar perdeu a sua importância em favor de outros instrumentos, nomeadamente do económico.
- H3: O instrumento militar é essencialmente empregue na dissuasão de ameaças contra o Estado e tem uma função cada vez mais relevante na resolução de conflitos, nomeadamente na imposição da paz.



O trabalho foi organizado em cinco capítulos.

Após a presente Introdução, no segundo Capítulo faz-se o enquadramento conceptual do Poder de um Estado, identificando as suas fontes, a forma como as organiza e como utiliza os instrumentos de Poder no balanceamento entre o *hard power* e o *soft power*, face ao actual contexto estratégico.

O terceiro Capítulo inicia-se com a conceptualização do Poder militar e a identificação das suas fontes, analisando-se seguidamente a importância do instrumento militar na actualidade, face ao actual contexto estratégico e à emergência de novos desafios que requerem, aparentemente de forma prioritária, a utilização de outros instrumentos de Poder.

No quarto Capítulo, analisa-se do emprego do instrumento militar. Após a definição das características e capacidades que a força militar deve dispor face às exigências da “era da informação”, faz-se a abordagem do emprego das Forças Armadas no actual contexto estratégico e analisa-se o seu papel na resolução de conflitos.

Finalmente, enunciam-se as conclusões desta investigação e tecem-se algumas considerações relativas ao trabalho realizado.



2. O Poder - das fontes ao seu emprego

“O Poder é a soma dos atributos que capacita um Estado para que possa atingir os seus objectivos externos, especialmente quando eles se opõem aos objectivos e vontade de outro actor internacional.”

Luís Fontoura (2007: 15)

a. O Poder

O Poder, quando entendido na perspectiva de relações entre Estados, pode ser definido simplesmente como a capacidade de cada Estado influenciar os outros Estados na sua política, ou até mesmo, impor-lhes a sua vontade (Boniface, 1996: 276). Esta é, segundo Aron¹ (1962) a perspectiva do “conceito restrito de Poder”, “assumido como a capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor político, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos de uma não-aceitação dessa vontade”. Isto é, o Poder é entendido como coacção e vulgarmente designado por “Poder duro”² (Nye, 2002: 72).

De acordo com Fontoura (2007: 11), o Poder tem quatro características: (i) é relacional, na medida em que depende do momento do espaço e do tempo; (ii) é situacional, dado que se altera de acordo com a situação e o contexto no qual está a ser empregue; (iii) é um fenómeno dinâmico, considerando que as capacidades de uma unidade política se alteram constantemente e (iv) é multidimensional, dado que usa diversas acções combinadas para a sua materialização, que vão desde a indução à coacção, passando pela persuasão e pela autoridade.

O Poder não é um atributo de um actor, mas sim uma equação da relação estabelecida entre dois actores (Cabrita, 1990: 528). Desta forma, a noção de Poder é sempre relativa e o contexto político é aquele que mais enforma as relações de Poder, pois se não há contexto não é estabelecida uma relação de conflitualidade entre Entidades políticas (Gray, 2006: 15).

Um dos problemas que sempre se levantou foi o da avaliação e quantificação do Poder. Segundo Adriano Moreira (1999: 222), ele não é “coisa” mensurável em termos quantitativos, pois é sempre uma relação, assumindo-se que “a capacidade de realizar objectivos é sempre função das capacidades opostas”. Isto torna-o instrumental, ou seja, destinado à realização de objectivos e tem como consequência ser mais facilmente sentido

¹ Citado por Boniface (1996: 276).

² É vulgar utilizar a expressão inglesa – *Hard Power*, que iremos doravante utilizar neste trabalho.



do que definido ou quantificado (Nye, 2002: 70). Esta quantificação foi tentada por alguns pensadores³ que, inclusivamente, estabeleceram fórmulas matemáticas para determinar o seu valor.

De acordo com Cabrita (1990: 529), os resultados obtidos nunca foram satisfatórios pela dificuldade de caracterizar e objectivar os factores incluídos nesta metodologia. O próprio Ray Cline, autor da proposta da fórmula⁴ que obteve mais êxito entre aquelas que foram sendo apresentadas, referindo-se à dificuldade de objectivar alguns factores, defendia que “a fórmula não é uma varinha mágica de medição, dado que a maioria das variáveis não são quantificáveis” (Cline, 1977: 34). Por consequência, a maioria dos pensadores concentrou-se essencialmente na determinação do potencial estratégico por este ser mais fácil de determinar que o Poder, pois existem diversos factores que degradam o potencial na sua aplicação (Couto, 1988: 244).

Segundo ainda Adriano Moreira (1999: 221), o Poder de um Estado será o produto de recursos tangíveis e intangíveis de que a política desse Estado dispõe, e que esta utiliza para influenciar, condicionar, congrega ou vencer o Poder de outros agentes ou entidades que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses. Esta é a perspectiva do “conceito abrangente de Poder”, defendida por Nye (2004: 2), segundo o qual este se pode materializar por: (i) coacção, mediante ameaças; (ii) indução, mediante pagamentos ou (iii) por influência, atracção e coopção fazendo com que o outra pretenda o mesmo objectivo.

Assume assim relevância “o comportamento cooptativo ou o levar outros a desejar o mesmo que nós próprios” (Nye, 2002: 72), e que Nye (2002, 70) designa por “Poder suave⁵”, definindo o Poder como a “capacidade de atingir os objectivos ou fins ou a capacidade de levar outros a fazer o que eles de outra forma não fariam”.

Desta forma, actualmente o Poder é cada vez mais qualitativo e menos quantitativo, transformando os jogos de Poder em jogos de soma não nula, em que todos os actores podem ganhar nessas relações (David, 2001: 63).

De acordo com Fontoura (2007: 10), o Poder “é um meio e não um fim em si próprio”. Ele não é um atributo natural, mas um recurso multifacetado, construído, instrumental, em mutação contínua que resulta da interacção constante das suas fontes ou componentes que constituem a entidade política e terão que ser mobilizadas e

³ Entre estes pensadores destacamos Fucks, Ray Cline, etc.

⁴ Formula de Cline - $Pp=(C+E+M)X(S+W)$, em que, Pp é o Poder percebido; C é a massa critica (população+ território); E é a capacidade económica; M é a capacidade militar; S é a estratégia nacional; e W a vontade nacional.

⁵ É vulgar utilizar a expressão inglesa – “Soft Power”.



desenvolvidas para fazer prevalecer os seus interesses as suas relações. Centremos seguidamente a nossa análise nas fontes do Poder.

b. As fontes do Poder

As fontes das quais emana o Poder foram evoluindo ao longo da História (Boniface, 1996: 276) mas, de forma geral, este foi sempre associado à posse de determinados recursos (Nye, 2002: 71). Estes recursos são normalmente associados a uma matriz concreta que possa ser mensurável e previsível, pelo que a população, o território, os recursos naturais, a dimensão económica, a capacidade militar e a estabilidade política, foram durante décadas as fontes de Poder mais consensuais (Nye, 2002: 71). No entanto, esta tangibilidade das fontes tem vindo, progressivamente, a ser posta em causa.

De acordo com Moreira (1999: 227), podemos dividir as fontes do Poder⁶ de um Estado em três grupos: as naturais, as sincréticas e as sócio-psicológicas.

(1) As fontes naturais

As fontes naturais são aquelas que resultam dos factores mensuráveis e têm uma realidade eminentemente física (Moreira, 1999: 228). Entre as fontes naturais, podem ser consideradas a geografia, os recursos naturais e a população.

No âmbito da geografia, destaca-se a posição geográfica e territorial (Moreira, 1999: 228), a configuração, a dimensão, a estrutura física, as acessibilidades e a topografia do território, conjugadas com as características hidrográficas, marítimas e o clima (Couto, 1988: 257, David, 2001: 61 e Fontoura, 2007: 18).

Nos recursos naturais, devem ser consideradas as matérias-primas, os recursos energéticos (Moreira, 1999: 228) e os recursos alimentares que haja capacidade para mobilizar e explorar (David, 2001: 61 e Couto, 1988: 260).

No que concerne à população⁷, deve ser considerado o seu efectivo, a distribuição geográfica, a composição, a distribuição étnica, religiosa e linguística e os movimentos migratórios. É ainda relevante considerar as suas características físicas, morais e intelectuais, tais como a rusticidade, o patriotismo, as motivações, as correntes de opinião das elites, o grau de adaptabilidade e a coesão. À população está também associada a sua preparação técnica, desenvolvimento social e político e produtividade (Couto, 1988: 249 e Fontoura, 2007: 20) e enforma as fontes sincréticas e sócio-psicológicas.

⁶ Adriano Moreira (1999: 227), designa-as por “componentes”.

⁷ Fontoura (2007: 20) chama a atenção para a distinção entre os planos tangível e intangível da população.



A conjugação entre a geografia⁸ e a população pode designar-se por “massa crítica” de um Estado (Couto, 1988: 249).

(2) As fontes sincréticas

Estas fontes são as que se apresentam como uma combinação ordenada da capacidade humana e de recursos naturais que habilitam o Estado a agir em termos de acção colectiva (Moreira, 1999: 230). Elas derivam essencialmente dos efeitos provocados pelas características intangíveis da população (Fontoura, 2007: 20). Como fontes sincréticas podemos destacar a política, a economia, a estrutura sócio-cultural e o “factor militar”.

No âmbito da política, devem ser analisados o sistema político, a estabilidade, a competência governamental, a organização politico-administrativa, a opinião pública, o sistema judicial, a organização geral da defesa nacional, da ordem pública e da segurança interna e a política interna e externa (Couto, 1988: 273 e Moreira, 1999: 230), destacando-se neste particular a diplomacia, sendo muitas vezes, ela própria um fonte independente (Fontoura, 2007: 21). A avaliação de todos os factores ligados à política, permite-nos concluir dos principais objectivos políticos, das tensões internas, da estabilidade do sistema e das principais influências externas a que um Estado está sujeito (Couto, 1988: 277).

Na economia, releva-se o seu nível de desenvolvimento, a composição e distribuição da actividade económica⁹, a capacidade industrial, o domínio das tecnologias, a capacidade de produção, a capacidade económica geral e integração nas trocas mundiais (Couto, 1988: 273 e David, 2001: 62). A avaliação desta fonte permite-nos concluir dos principais objectivos económicos, dos condicionamentos externos e dos principais desequilíbrios e factores de desregulação (Couto, 1988: 267).

No que concerne à estrutura sócio-cultural, deve considerar-se a estrutura social, os aspectos religiosos, as estruturas de educação e saúde, a comunicação social, o grau de desenvolvimento tecnológico e a capacidade de transmissão e acesso à informação por parte da população (Couto, 1988: 267 e Moreira, 1999: 229).

O “factor militar”¹⁰, deve ser considerado e analisado de acordo com a sua base institucional, as características do serviço militar, a organização e dimensão das Forças Armadas, os seus meios e equipamentos, os seus comandantes, a sua estratégia, etc.

⁸ Ou “Factor Físico” na concepção de Cabral Couto (1988: 257).

⁹ Sector Primário, sector Secundário e sector Terciário.

¹⁰ Esta fonte de Poder será tratada detalhadamente no capítulo 3.



(Couto, 1988: 277 e David, 2001: 62) e está também apoiado em dois planos, um tangível e um intangível (Fontoura, 2007: 211).

(3) As fontes sócio-psicológicas

De acordo com Moreira (1999: 229), as fontes sócio-psicológicas são um “elemento não quantificável e têm por base a imagem assumida pela população, as suas atitudes e expectativas”. Nestas destacam-se a História, a língua, a relação população-governo e a liderança.

A História deve ser analisada na perspectiva do reflexo da imagem colectiva recolhida pelos adversários e aliados (Couto, 1988: 261), sendo resultado da vontade e capacidade de realização colectiva, nomeadamente em situações de conflitualidade.

A língua reflecte a imagem de culturalidade e criatividade de um povo (Henriques e Paradelo, 2006: 120) bem como a sua universalidade.

A relação população – governo, vista na perspectiva da repulsa ou adesão entre ambos. Esta tem efeitos imediatos sobre o Poder efectivo e não depende exclusivamente do regime político¹¹. Pretende-se a “adesão e o apoio popular para mobilizar recursos e suportar sacrifícios em consequência do resultado visado” (Moreira, 1999: 229). Esta adesão deverá ser efectuada por persuasão, sem recurso a ameaças ou sanções (Henriques e Paradelo, 2006: 111).

A liderança, considerando “o maior ou menor carisma” (Moreira, 1999: 229) do líder bem como da sua reputação. Esta fonte pode ser verificada especialmente em situações de liderança personalizada, explicando a capacidade mobilizadora dos líderes carismáticos¹². Como afirma Fontoura (207: 22), é da capacidade de liderança que na maioria das vezes decorre a “capacidade para criar, organizar, acrescentar e mobilizar” o Poder do Estado em conformidade com os interesses vitais do mesmo, sendo esta liderança que estabelece a própria importância das situações de acordo com a conjuntura.

Em termos gerais, podemos afirmar que o Poder de um Estado tem como fontes “atributos nacionais e condições no meio internacional que não é possível eliminar” (David, 2001: 61).

¹¹ Moreira (1999: 229) dá como exemplo histórico a II Guerra Mundial, em que os Alemães seguiram Hitler e os Franceses, num regime democrático, apoiaram mal o seu Governo

¹² Napoleão, Churchill, Mao Tse Tung, De Gaulle ou Roosevelt são exemplos históricos (Moreira, 1999: 229).



c. A importância das fontes de Poder na actualidade

A importância das fontes de Poder varia de acordo com a conjuntura histórica, com a evolução do conhecimento ou a percepção sócio-cultural de uma civilização (Henriques, 2006: 111). As fontes são até eventualmente diferentes de acordo com o tipo de conflito, pois variam em função dos agentes, da disputa de interesses e do contexto em que a relação de Poder é estabelecida (Moreira, 1999: 223).

O novo contexto estratégico e os conflitos armados da actualidade¹³ relevam a importância de envolver todas as redes disponíveis – política, económica, social e militar – para convencer os decisores políticos adversários que os seus objectivos estratégicos são inatingíveis ou demasiado dispendiosos para os retornos esperados. Sendo a actual conflitualidade “uma forma de insurreição envolvente” (Hammes, 2004: 208), fundamenta-se no preceito de que uma vontade política superior, quando suportada por atributos muitas vezes intangíveis e empregue correctamente, pode derrotar um potencial económico e militar muito superior. Usando todas as redes disponíveis para combater, nestes novos conflitos pretende-se atacar directamente as “mentes dos decisores políticos” para destruir a vontade política, em vez de tentar derrotar as suas forças militares (Hammes, 2004: 208).

Assim, o Poder tende a tornar-se uma matriz de interdependências, que se traduz em processos menos directos para se atingirem os seus objectivos (Boniface, 1996: 277). Nesta correlação assume especial relevância a “revolução da informação”¹⁴. Esta interdependência em relação à informação não é nova. O que é novo é a “eliminação dos custos da distância através da revolução dos processos da sua transmissão, reduzindo por inerência os próprios custos desta mesma transmissão, tornando-os negligenciáveis” (Nye, 2002: 248).

A “revolução da informação”, com todos os processos a ela associados, influencia o Poder retirando-lhe a base geográfica onde tradicionalmente este se materializava, por lhe retirar as fronteiras físicas tradicionais em que os Estados assentavam as suas relações. Para Nye (2002: 248), esta revolução permite que os actores não estatais se organizem transnacionalmente e pressionem com sucesso os governos dos Estados, esbatendo a diferença entre política nacional e política internacional.

¹³ O novo contexto estratégico e os conflitos armados da actualidade estão desenvolvidos mais detalhadamente no Apêndice 2 - “O contexto estratégico e a conflitualidade no Pós Guerra fria”.

¹⁴ A “revolução da Informação” refere-se aos rápidos avanços tecnológicos nos computadores, comunicações e *software* que conduziram a um decréscimo drástico no custo de processamento e transmissão de informação e um acesso generalizado à mesma. (Nye, 2002: 248).



Por conseguinte, aos Estados já não basta afirmar ou conquistar, sendo-lhes agora também exigido que negociem, convençam e tentem controlar as “regras do jogo”, nos diversos domínios onde têm interesses (Boniface, 1996: 227), o que segundo Morgenthau (2003) ¹⁵ releva a importância da qualidade da diplomacia, considerando-a a fonte “mais importante, embora mais instável” do Poder de um Estado.

Desta forma é relevada a qualidade do Poder em contraponto com a sua quantidade (Toffler, 1991: 26). Assim o Poder foi deixando gradualmente de ser apenas “duro”, para se tornar cada vez mais “suave”, sendo também, cada vez menos tangível e coercivo (Nye, 2004: 30) e a avaliação dos recursos tangíveis é cada vez mais função dos recursos intangíveis (Henriques, 2006: 111).

À medida que vamos transferindo a análise do Poder “duro” para o Poder “suave”, as fontes são cada vez mais difíceis de circunscrever. Este último “é mais qualitativo e menos quantitativo” (David, 2001: 63) e baseia-se em recursos como a capacidade de atracção das nossas ideias ou a capacidade de determinar a agenda política de modo a moldar as preferências de outros.

As fontes deste *soft power* são normalmente os recursos intangíveis tais como a cultura, ideologia, as instituições (Nye, 2002: 73) e as capacidades individuais e colectivas da população. Somos assim remetidos para o nível das fontes sincréticas e sócio-psicológicas¹⁶ definidas por Adriano Moreira, reforçando a sua importância na actualidade e o esforço que os Estados devem fazer para as desenvolver e potenciar, apostando especialmente na qualificação e valorização dos seus recursos humanos.

d. Do potencial ao Poder

Quando concebemos o Poder¹⁷ em termos de recursos ou fontes, surge-nos o problema de o converter, isto é, converter o Poder potencial¹⁸ em Poder real¹⁹, avaliado com base na alteração do comportamento daquele sobre quem o queremos exercer. Para Cabral Couto (1988: 244), o primeiro “traduz a força de uma unidade política” e deverá ser designado

¹⁵ Citado por Fontoura (2007: 21).

¹⁶ No entanto, nem todo o Poder advém de fontes ou componentes. Como destaca Moreira (1999: 226), é necessário avaliar “o fenómeno de uma política sem Poder (...) e que Havel referenciou na Carta 77 como o Poder dos sem-Poder”.

¹⁷ De acordo com o ME 71-00-08 do IESM, “o Poder depende do potencial, dos actores em presença, dos processos de decisão e intenções, dos instrumentos internos e externos de acção política, e de outros elementos, como sejam o Poder funcional, Poder psicológico, prestígio e percepções externas sobre o exercício desse Poder” (2007: 17).

¹⁸ Normalmente designado por Potencial Estratégico (Couto, 1988: 245).

¹⁹ Cabral Couto designa-o simplesmente por Poder.



por Potencial Estratégico e o segundo é a “revelação da força em circunstâncias e com vista a objectivos determinados”. De qualquer forma, o Poder potencial é sempre maior que o Poder real, em consequência de factores que o degradam²⁰.

Para se avaliar o Poder de um Estado é necessário não só conhecer quais as fontes que o alimentam, mas também a capacidade desse Estado em convertê-lo em Poder real (Nye 1996: 71). Isto porque, segundo Nye (2004: 3), ter recursos de Poder não garante que um Estado consiga alcançar os objectivos desejados²¹. É com base nesta capacidade de conversão que um Estado é mais ou menos vulnerável, securitário, ameaçado ou ameaçador face aos Estados com quem estabelece uma relação de Poder. “Quanto mais um Estado possui e maximiza os seus atributos e as suas condições de Poder mais possibilidades tem de ser influente” (David, 2001: 62).

Assim, a conversão do Poder potencial, dado pelos recursos ou fontes, em Poder efectivo, no sentido de se obterem os resultados desejados por uma determinada entidade política, requer que seja bem definida a Estratégia²² para a sua execução e que a sua condução esteja apoiada numa boa liderança²³ (Nye, 2004: 3).

e. Os instrumentos do Poder

Das fontes de Poder emanam um conjunto de capacidades que o Estado pode utilizar para elaborar as suas estratégias e podem ser sistematizados, assumindo a designação de instrumentos do Poder²⁴: (i) o diplomático²⁵; (ii) o informacional²⁶; (iii) o militar²⁷ e (iv) o económico²⁸ (AJP-01(C), 2007: 2-18), vulgarmente designados pelo seu acrónimo DIME.

²⁰ Cabral Couto dá como exemplos a distância a que o potencial é aplicado ou o grau de adequação de algumas forças, em função das circunstâncias (1988: 244).

²¹ Como exemplo pode referir-se a Guerra do Vietname, em que os Estados Unidos tinham muito mais recursos de Poder que o Vietname e foram incapazes de ganhar a guerra (Nye, 2004: 3).

²² Segundo Couto (1998) é “a ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo”

²³ A Liderança é em si, uma das fontes de Poder - uma fonte sócio-psicológica.

²⁴ Também designados por elementos do Poder nacional (Moreira, 1999: 223).

²⁵ Também designado por instrumento Político-diplomático. Materializa-se pela persuasão e resulta da aplicação de um conjunto de atributos não tangíveis que vão para além dos meios económicos ou militares (AJP-01(C), 2007: 2-18). Ver corpo de conceitos.

²⁶ O instrumento Informacional tem como foco de aplicação o ataque à informação e aos sistemas de informação do adversário, e simultaneamente a protecção da informação e dos sistemas de informação próprias (AJP-01(C), 2007: 2-19). Ver corpo de conceitos.

²⁷ O instrumento Militar será alvo e detalhe nos Capítulos 3 e 4 do presente trabalho.

²⁸ O instrumento Económico materializa-se pela aplicação de medidas de cariz económico, normalmente relacionadas com investimentos, comércio ou fluxos de capitais (AJP-01(C), 2007: 2-19). Ver corpo de conceitos.



Sendo o Poder uma relação, a superioridade de uma entidade sobre outra pode não ser uniforme (Moreira, 1999: 223), em parte porque ele é multidimensional, isto é, o todo é diferente da soma das partes (David, 2001: 63). Assim, o Poder nacional²⁹ será o efeito sinérgico obtido pela combinação da utilização dos instrumentos de Poder numa determinada circunstância.

Desta forma, na aplicação do Poder deve ser preconizada uma abordagem multidisciplinar, considerando a articulação casuística dos vários instrumentos em respostas multidimensionais, para responder a ameaças e riscos multifacetados e assimétricos, que não podem ser prevenidos ou combatidos apenas com o recurso a um dos instrumentos (Viana, 2003: 103).

Alvin Toffler defendia em 1991 que “há fortes razões para acreditar que as forças que hoje abalam o Poder (...) se tornarão mais intensas e difusas no futuro e da reestruturação maciça das relações de Poder resultará uma revolução na natureza do Poder” (1991: 16). Assim, a nova e crescente interacção entre os Estados e os actores não-estatais alterou o ambiente estratégico e conduziu à introdução de novos instrumentos do Poder e à redefinição dos anteriores. Nalgumas situações, como na estratégia de combate ao terrorismo³⁰, passou então a ser considerado um leque mais abrangente de instrumentos. Passaram a ser considerados os seguintes: o instrumento Militar; o instrumento Informacional; o instrumento Diplomático; o instrumento da aplicação da Lei e Ordem; o instrumento da *Intelligence*; o instrumento Financeiro e o instrumento Económico (MIDLIFE, 2006).

Mas, por regra, questão que se levanta a um Estado quando este estabelece relações estratégicas, é a forma como pode conjugar os seus instrumentos de Poder nacional e utilizá-los de forma a potenciar esse mesmo Poder, maximizando os seus efeitos.

f. A utilização dos instrumentos do Poder

A relação entre os instrumentos do Poder é sempre contextual (Gray, 2006: 15), facto que condiciona o seu emprego. Isto significa que os diferentes instrumentos podem não ser todos utilizados em simultâneo e nas diferentes situações, sendo também cada vez menos susceptíveis de pesar em domínios que não lhe são específicos³¹ (Boniface, 1996: 278).

²⁹ Entendido como o Poder de um Estado.

³⁰ Estratégia dos EUA contra o Terrorismo.

³¹ A força militar tem pouca relevância na capacidade de um Estado, quando a situação tem uma configuração estritamente económica, por exemplo.



Desta forma, o Poder será: (i) económico, quando se traduz na capacidade de controlar especialmente os meios de produção, (ii) politico-diplomático, quando permite controlar os órgãos legislativos e executivos de um Estado e, (iii) militar, quando consegue pela ameaça ou uso da força, paralisar a capacidade do opositor recorrer à força (Moreira, 1999: 224). Por outro lado, a intensa aceleração na área da tecnologia e a globalização introduziram uma forte inovação e permitem que a informação flua e seja acedida em tempo real (Castanheira, 2002: 260) permitindo que os vários Poderes se manifestem, muitas vezes em simultâneo.

No entanto, para exercer o Poder é necessário que seja possível reunir, “pelo menos de forma mínima, uma componente política - com o que isso implica de intervenção e influência diplomática, outra económica - com o que isso implica de domínio de novas tecnologias e outra militar - com o que isso implica de modernidade do equipamento e apurado treino das forças em termos físicos e psicológicos” (Mathias, 2007: 49).

Esta utilização só é possível em função de um pensamento estratégico e materializa-se na adopção de uma determinada modalidade de acção estratégica. Esta deve resultar de uma adequada análise e combinação dos factores de decisão, que segundo Cabral Couto (1988: 293), são o objectivo político-estratégico a atingir, as características do ambiente operacional, os potenciais estratégicos dos adversários e o tempo. O seu emprego deverá ser feito balanceando-os da forma mais adequada (AJP-01(C), 2007: 2-20) de acordo com a situação e a ameaça, bem como com o nível de coacção pretendido.

Sendo certo que o Poder está sempre em disputa na cena internacional, o seu método normal e contínuo é o da persuasão, que se traduz em concretizar a influência em resultados envolvendo continuamente a oferta de vantagens e desvantagens, isto é, estímulos e sanções, que obrigam à ponderação dos interesses que devem ser equacionados e à aceitação de um equilíbrio considerado razoável pelas partes envolvidas, sempre de acordo com o contexto (Moreira, 1999: 223).

A relação de forças, a importância do objectivo e a liberdade de acção vão condicionar e enformar as modalidades de acção estratégica a adoptar (Couto, 1988: 295), que serão válidas enquanto estas condições se verificarem, pois em consequência da “acção recíproca, cada modalidade em vigor num dado momento tende a autodestruir-se” à medida que se vão alterando os factores de decisão (Couto, 1988: 302).

A principal relação entre os instrumentos de Poder está na articulação entre o *hard power* e o *soft power*. Eles funcionam de forma integrada e complementar, de forma a



induzir os comportamentos do outro³², mas também para garantir o poder de atracção (Nye, 2004: 5). Enquanto o *hard power* é exercido mediante ameaças, aplicação da força militar ou a aplicação de condicionamentos de ordem económica, o *soft power* é exercido pela persuasão, pela atracção, pelo exemplo ou pela autoridade (Henriques e Paradelo, 2006: 110).

Esta nova forma de utilização coordenada, articulada e sinérgica dos instrumentos do Poder, Nye (2007) designa-a por *smart Power*³³.

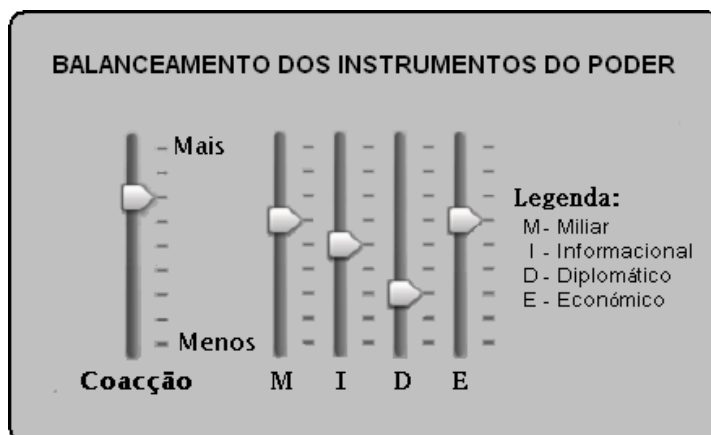


Fig 1 – Balanceamento dos instrumentos do Poder (Adaptado de Smart Power Equalizer)
http://mountainrunner.us/images/SmartPowerEqualizerfindingthemix_FA88/smarterpower_20thC2.gif

Assim, o nível de coacção a empregar terá uma influência directa no nível de utilização de cada um dos instrumentos, estando a utilização do elemento militar directamente relacionada com o nível de coacção. Em situações de conflito, o instrumento politico-diplomático é sempre usado, mas requer frequentemente a materialização de acções económicas e militares para apoiar a sua eficácia. No entanto, o Poder procura, em regra, o consentimento obtido pela razoabilidade e recorre, apenas de forma excepcional, à coacção, que pode no limite ser militar (Moreira, 1999: 224).

Como defende o embaixador Leonardo Mathias (2007: 47), a forma de exercício do Poder exprime-se com instrumentos próprios como a força ou a violência ou utilizando “outros mais subtis, mas não menos eficazes, em que por vezes a simples percepção do Poder alheio é suficiente para ser usada a persuasão ou a manipulação dos interlocutores, numa negociação ou mesmo utilizando outros meios”, como a comunicação social.

Com os Estados a privilegiar cada vez mais o emprego do *soft power* nas suas relações estratégicas, como forma de materializar o seu Poder, coloca-se a questão da importância do instrumento militar, no actual contexto estratégico.

³² “O pau e a cenoura” na expressão de Nye(2004: 5).

³³ “Poder inteligente”, na tradução do autor do presente trabalho (Nye, 2007).



3. A importância do instrumento militar

“Ao longo da História, o Poder visível do Estado residiu, principalmente, no seu Poder militar que se mostrou, sempre, uma condição essencial para a sua sobrevivência em tempo de guerra e para o seu prestígio em tempo de paz”

Políbio Valente de Almeida (1990: 237)

a. O Poder militar e as suas fontes

A concepção de Weber, segundo a qual o Estado é a organização que conserva o monopólio da violência organizada e legítima, poderá estar em causa pela emergência de novos actores e pela proliferação de redes paralelas cada vez mais poderosas, que conduzem uma acção subversiva e ameaçam as próprias estruturas dos Estados (Garcia *et al*, 2008, 26), levando ao seu enfraquecimento ou à contestação interna (Boniface, 2003: 13).

No entanto, apesar desta emergência, no que se refere à utilização do instrumento militar, o Estado é ainda o actor mais importante e “os governos e os seus aparelhos militares continuam a ser proprietários dos instrumentos que, em última análise, decidem a sobrevivência dos Estados” (David, 2001: 51).

O Poder militar é caracterizado pela capacidade de um Estado utilizar uma força militar para materializar a sua soberania (Tomé, 2002: 39). Esta não é só uma das formas que o Poder assume, é simultaneamente a mais organizada, a mais estratégica, a mais operacional e praticamente todas as fontes de Poder podem ser convertidas para a incrementar (Almeida, 1990: 237).

O Poder militar é o resultado da conversão de um conjunto de elementos tangíveis e intangíveis (Fontoura, 2007: 21), que se constituem como fontes do “factor militar”³⁴ e que Cabral Couto (1988: 277) sistematizou da seguinte forma:

- As bases institucionais do Serviço Militar e das Forças Armadas, bem como as relações destas com o Poder político;
- Os sistemas de recrutamento, convocação e mobilização militar;
- As características da prestação do serviço militar;
- As missões, organização, meios e sistemas permanentes das Forças Armadas;
- A logística e meios financeiros afectos às Forças Armadas;
- A mobilidade estratégica;

³⁴ Assim designado no Estudo do Potencial Estratégico (Couto, 1988: 277).



- Os acordos e alianças de carácter militar;
- As relações com as Forças de Segurança e as Autoridades civis;
- O prestígio das Forças Armadas.

As fontes naturais do Poder do Estado, como a população e os recursos naturais são também fontes de grande importância para o Poder militar e foram tradicionalmente o factor de comparação do poderio militar entre potências. Mas, a força militar é muito mais que a agregação de pessoal, equipamento e armamento.

A capacidade técnica dos seus elementos, a liderança, o moral e a disciplina, embora sendo factores intangíveis, são também factores fundamentais (Jablonsky, 2001: 95). Daqui ressalta a importância da qualidade das chefias militares e “do valor das suas lideranças, associadas à capacidade para transmitir segurança à nação e mobilizar vontades e empenhos nos sectores civis da população” (Fontoura, 2007: 21).

Segundo Telo (2003: 26), o incremento da vertente tecnológica e a informatização de todos os sistemas de armas, conjugados com a diminuição da dimensão dos aparelhos militares e as necessidades de coordenação aos níveis conjunto e combinados aumenta a importância da qualidade, em detrimento da quantidade, dos recursos humanos afectos ao sistema militar.

Assim, a formação destes recursos será fundamental para criar as capacidades necessárias. Esta formação tende a ser cada vez mais extensa e complexa pois o ser humano será cada vez mais o centro do sistema e a versatilidade, capacidade de diálogo e improvisação serão cada vez mais importantes (Telo, 2003: 37). A formação de líderes será a base para a garantia da nitidez e eficácia da cadeia de comando das forças (Fontoura, 2007: 21).

Para Loureiro dos Santos (2003: 223), o moral das Forças Armadas é o elemento mais crítico de todos os meios que as materializam. Este moral é gerado pelo comando, meios humanos adequados quer em qualidade quer em quantidade, meios materiais apropriados e uma integração plena na sociedade. Este moral é caracterizado por factores intangíveis e de difícil avaliação, no entanto, quando diminuído, poderá eliminar ou deteriorar drasticamente a eficácia da força militar³⁵. Este factor é também realçado por Fontoura (2007: 21), relevando a importância da “saúde moral das Forças Armadas e a sua

³⁵ Segundo Loureiro dos Santos (2003: 223), no limite poderá inclusivamente transformar essa Força com efectivos suficientes, tecnicamente bem preparados e bem armados e equipados, numa ameaça ao próprio Estado.



predisposição para aceitar os desígnios e as missões que a cada momento, a autoridade política legítima venha a definir-lhe”.

Assim, o Poder militar resulta da geração, articulação e emprego de meios tangíveis e intangíveis, isto é, meios humanos e materiais³⁶, doutrina e meios morais (Santos 2003: 224) e a sua avaliação permite-nos concluir qual o Poder militar teórico e efectivo, expresso em sistemas de forças, bem como aquilatar da capacidade do Estado para o projectar (Couto, 1988: 277).

b. O declínio do Poder militar?

O Poder militar foi visto durante séculos como o padrão de medida do Poder nacional. Perder uma guerra significava normalmente o fim do Poder de uma nação, enquanto que uma vitória significava o surgimento de uma nova potência (Jablonsky, 2001: 95).

Segundo Mathias (2007: 47), na “velha ordem”, “originada na “Paz de Westfália”, era um período onde a capacidade militar se impunha e representava o Poder, porque permitia atingir objectivos, vencendo batalhas, ganhando guerras e ocupando território”. Desta forma, o Poder militar era visto como essencial para materializar as conquistas ou a expansão territorial, na medida em que os “conflitos tiveram quase sempre a mesma justificação, e neles esteve presente, por via de regra o mesmo meio: o Poder militar utilizado na luta pelo espaço” (Fontoura, 2007: 8).

No entanto, segundo Boniface (1996: 227), os Estados procuram cada vez menos o Poder como um meio de expansão e mais como uma forma de protecção, sendo um Estado considerado “poderoso se conseguir escapar às pressões que se pretenda fazer recair sobre ele”. O objectivo da aplicação do instrumento militar deixou de ser o derrotar as suas forças militares opositoras mas sim o de destruir a sua vontade política (Hammes, 2004: 208), pelo que deve ser empregue para permitir, não o alcançar de uma vitória militar, mas sim o atingir um estado final desejado ao nível estratégico (AJP-01(C), 2007: 3-2).

Por outro lado, as mudanças ocorridas ao nível da tecnologia das comunicações, do “vector nuclear” ou da postura social, especialmente nos regimes democráticos, aumentou consideravelmente o custo do uso do instrumento militar. Estas democracias focalizaram o seu esforço no bem-estar das suas populações e o uso da força passou a depender da elaboração de uma justificação moral que garanta o apoio popular e justifique a existência de baixas (Nye, 2004: 19).

³⁶ Os meios financeiros são cada vez mais preponderantes (Santos, 2003: 224).



A atitude da sociedade perante a guerra e o conflito, especialmente perante a existência de baixas, pode ter implicações radicais no espectro dos métodos aceitáveis de serem usados pelas forças militares durante um conflito (Gray, 2006: 21). Assim, os efeitos da utilização da força mobilizam a opinião pública e “podem estabelecer critérios contraditórios na sua utilização, que cada vez mais questionam a legalidade e a finalidade do seu uso” (Espírito-Santo, 2003: 235).

Desta forma, os conflitos militares mais recentes³⁷ vieram relevar uma nova forma de utilizar o instrumento militar e pôr em causa a sua própria utilização. Esta parece ter sempre em consideração a isenção de riscos na sua utilização³⁸. Ao contrário das guerras em que os soldados defendem os seus compatriotas ou o seu país, nos actuais conflitos, em que estão em causa questões humanitárias ou de segurança internacional, é difícil para os líderes dos diversos países aceitarem e justificarem à sua opinião pública, a utilização de forças militares que admitem baixas (Walzer, 2004: 34).

A condução de operações militares começou a ser a “arte do possível”, implicando que cada vez mais as forças militares se adaptem a contextos não militares e aos condicionamentos políticos, sócio-culturais, económicos, tecnológicos e geográficos (Gray, 2006: 31). Por outro lado, no novo ambiente estratégico, surgiram também novos instrumentos para enfrentar os novos riscos e preocupações e uma das consequências do fim da Guerra-fria poderia ter sido o declínio da importância deste Poder, nomeadamente em favor do Poder económico.

c. A importância do instrumento militar na actualidade

Historicamente, e numa “matriz vastefaliana”, o instrumento militar tem assumido a tendência para se mostrar superior a todos os outros, assumindo-se estes como contributos para que uma entidade política possa travar uma guerra com sucesso (Castanheira, 2002: 264).

A propensão para o seu emprego depende muito de cada Estado. Aqueles que detêm um instrumento militar com muito potencial, têm mais tendência para utilizar a força como instrumento útil nas relações internacionais. Alguns Estados fortes poderão inclusivamente basear essas relações demasiado na força³⁹ (Kagan, 2003: 37).

³⁷ Os conflitos que se seguiram à Guerra do Golfo em 1991.

³⁸ A teoria das “zero baixas”.

³⁹ Como refere um velho ditado “quando temos um martelo, os problemas começam todos a assemelhar-se a pregos”.



Mas hoje, é mais consensual afirmar que o Poder não é exclusivamente militar e que o recurso a meios militares é excepcional (Moreira, 1999: 223). Apesar desta excepcionalidade, as mudanças introduzidas pela “era da informação”, ao contrário do que é sugerido pela existência de algumas “ilhas de paz”⁴⁰, o instrumento militar continua a ter um papel fundamental e actual, face à conflitualidade e ao novo contexto estratégico (Nye, 2004: 21).

De acordo com Ângelo Correia (2003: 210), “um país sem umas Forças Armadas capazes, dificilmente tem uma política externa, ou, se a tiver, ela é inconsistente nos momentos decisivos”. Por seu lado, Espírito-Santo (2003: 235), citando Frederico II da Prússia, defende que uma “diplomacia sem força, é como uma orquestra sem instrumentos”. Poderá então afirmar-se, que ao dispor de uma força militar com capacidades adequadas, o Estado pode conduzir uma política de dissuasão efectiva ou uma política de pressão, intimidação e coacção ou no limite, conduzir uma guerra e simultaneamente exercer uma diplomacia abrangente (Castanheira, 2002: 264).

Assim, o instrumento militar continua a ser o vector fundamental e estruturante do Estado, pois quando um país tem umas Forças Armadas pouco credíveis, perde uma parte importante da sua soberania⁴¹ (Correia, 2003: 211).

Por outro lado, as organizações internacionais, nomeadamente as Nações Unidas, reforçaram a sua intervenção no âmbito da resolução de conflitos, o que leva a considerar cada vez mais importante o emprego da força militar em apoio a iniciativas no âmbito da manutenção e imposição da paz, mas também em acções humanitárias (Espírito-Santo, 2003: 235).

Defende também o General Espírito-Santo (2002: 94), que a “última missão do instrumento militar será cada vez mais a preservação da qualidade de vida da sociedade”, podendo os militares ser utilizados em algumas tarefas de serviço público, quer directamente, quer em duplo uso, isto é, enquanto cumprem a função militar podem desempenhar outras tarefas sem perder a eficácia da primeira (Correia, 2003: 220).

Desta forma, ao instrumento militar é cada vez mais solicitado que realize um conjunto de missões de interesse público (Sacchetti, 2002b: 15) e o desempenho em funções relacionadas com a segurança humana, embora como refere Espírito-Santo (2003: 235), a utilização directa do instrumento militar para fazer face a ameaças, em apoio de

⁴⁰ Expressão usada por Nye (2004: 19), referindo-se a regiões sem guerra e com um grande desenvolvimento social e económicos, assente em regimes democráticos. A Europa é um dos exemplos apresentados.

⁴¹ Vide exemplos do Líbano, nos anos 1980 e da Islândia, mesmo na actualidade (Correia, 2003: 211).



estruturas civis, nem sempre merece a unanimidade da opinião dos vários sistemas constitucionais ou de alguns sectores da população.

Poderemos assim sistematizar as tarefas do instrumento militar, na perspectiva da sua utilização pelo Estado, englobando-as em quatro funções⁴²:

- A defesa do “espaço santuário”, isto é, o espaço territorial do país e o espaço aéreo e marítimo⁴³ correspondente;

- A defesa de espaços estratégicos mais alargados, para além do “espaço santuário”, por vezes de forma partilhada com outros Estados, exercendo nesse espaço vigilância e defesa à distância.

- A execução de missões no âmbito da política externa, em que o instrumento militar é o vector preponderante, através do próprio Estado, de forma exclusiva⁴⁴, ou em conjunto com Estados aliados, em situações previstas em alianças⁴⁵, na resolução de conflitos ou em coligações conjunturais;

- Em resposta a problemas e missões de interesse público, “quer no âmbito nacional em geral, quer particularmente em áreas de segurança interna”.

O declínio da importância deste Poder, nomeadamente em favor do Poder económico é assim, no mínimo, muito discutível⁴⁶ (Kagan, 2003: 30) e nunca como agora a utilização dos instrumentos de Poder, nomeadamente o militar e económico estiveram tão estreitamente relacionados (Castanheira, 2002: 264).

Na actualidade, porventura, com menos autonomia que no passado, o seu emprego está consideravelmente mais valorizado pelo aumento da sua abrangência, enquanto instrumento indispensável de apoio e credibilização dos demais instrumentos do Poder (Viana, 2002: 261).

Nunca como hoje, o instrumento militar foi tão usado para satisfazer objectivos políticos, defender os valores humanos e os valores democráticos (Sacchetti, 2002a: 174) especialmente num universo da confrontação e conflito.

⁴² Uma matriz defendida por Ângelo Correia (2003: 208) e que adaptamos e adoptamos neste trabalho.

⁴³ Também designado por espaço aéreo-naval.

⁴⁴ Casos da Evacuação de cidadãos (NEO) de territórios em crise ou a cooperação técnico-militar.

⁴⁵ Em de defesa colectiva, como a prevista no art 5^a da NATO, por ex.

⁴⁶ Como exemplo, afirma Robert Kagan – “Se a Guerra-Fria tivesse dado lugar a uma era na qual o Poder económico importasse mais do que o Poder militar, (...), a União Europeia teria ficado efectivamente em posição de determinar a ordem mundial com tanta influência como os Estados Unidos. Mas, (...) os europeus descobriram que o Poder económico não se traduz necessariamente em Poder estratégico e geopolítico”.



É neste contexto que continua a fazer sentido o emprego da força militar. Esta continua a ter um papel relevante a desempenhar, ainda que por vezes não de destaque, pois, por si só não permite alcançar o objectivo estratégico desejado (Smith, 2006: 394), mas criando e mantendo as condições necessárias para que, em conjunto com outras agências, se atinja o estado final estratégico desejado (AJP-01(C), 2007: 3-2). Assume assim cada vez mais importância a cooperação civil-militar, relevando-se simultaneamente a necessidade das forças militares disporem de meios e desenvolverem capacidades para actuarem neste âmbito.

Assim, na actualidade, o instrumento militar é utilizado face às exigências do contexto estratégico, em particular e das suas relações no Sistema Internacional, em geral, mantendo a sua importância no campo militar e aumentando-a em novas áreas, decorrentes de conceito de segurança mais largo e abrangente.

Desta forma, como defende Viana (2002: 262), o instrumento militar voltou a valorizar-se como um vector útil e afirmativo da política, afirmando-se por uma estratégia operacional, em contraponto a uma estratégia de dissuasão de não emprego da força, que caracterizou o período da Guerra-fria.

Analisada a importância do instrumento militar na actualidade, centraremos seguidamente a nossa atenção na questão do seu emprego no actual contexto estratégico.

O instrumento militar é normalmente aplicado com base na Estratégia militar⁴⁷. Assim, face à sua reforçada importância, fruto do alargamento do espectro de actuação, nomeadamente em apoio ou como parte da política externa do Estado, interessa analisar quais as suas formas de emprego face à actual conflitualidade.

Sabendo-se do crescente intervencionismo por parte da Comunidade Internacional em conflitos anteriormente considerados assuntos internos dos Estados onde ocorrem, iremos seguidamente dar ênfase ao emprego das Forças Armadas neste contexto, analisando o seu papel na resolução de conflitos.

⁴⁷ De acordo com o AJP 1 (C) (2007: 3-1, é a componente da Estratégia nacional, que apresenta a forma como o Poder militar deve ser desenvolvido e aplicado para atingir os objectivos nacionais.



4. O emprego do instrumento militar

“A força militar organizada foi sucessivamente utilizada como instrumento de coacção, como instrumento de dissuasão e mais recentemente, como instrumento de prevenção e resolução de conflitos”

General Espírito-Santo, (2003: 235)

a. A força militar na “era da informação”

O emprego do instrumento militar por um Estado depende sobretudo do contexto estratégico que envolve o próprio Estado e resulta, em primeira análise, das relações, especialmente as de conflitualidade, estabelecidas entre as entidades políticas (Gray, 2006:15).

Como refere Viana (2002: 261), a estrutura da conflitualidade tornou-se mais complexa, as relações entre os Estados desenvolvem-se muito mais pelo recurso a acções de natureza diplomática, política e económica e a natureza do emprego de forças militares encontra-se em mutação.

Face a ameaças cada vez mais difusas, multifacetadas e multidireccionais, o desafio para os Estados é o como organizar e treinar a sua força militar⁴⁸ para gerar as capacidades necessárias e empregá-la para derrotar, prevenir ou dissolver as ameaças assimétricas (Alberts et Hayes, 2003: 2). No entanto, na “era da informação” o combatente tem também que ser preparado para enfrentar opositores que ainda se encontram na “era agrária” e na “era industrial” e ao mesmo tempo manter a sua capacidade para combater em conflitos com algum grau de simetria (Espírito-Santo, 2002, 93).

O fim da Guerra-fria, especialmente nos países do Ocidente, levou a uma reestruturação das suas Forças Armadas, com a sua redução e diversificação (Kaldor 2003: 77), mas simultaneamente a novos conceitos de emprego que apontam para a sua utilização num espectro mais largo de tarefas (Espírito-Santo, 2003: 235). A chamada Revolução dos Assuntos Militares (RAM) orientou para a criação de forças militares apoiadas na tecnologia, em que aumentou a precisão e letalidade do armamento, a capacidade de localização e acompanhamento dos movimentos no teatro de operações e garantiu uma superior agilidade e flexibilidade face à integração e utilização em tempo real dos sistemas de informação (David, 2001: 187). A Guerra do Golfo em 1991 pareceu dar razão a esta

⁴⁸ A Força é “a dimensão quantitativa e qualitativa dos recursos à disposição de uma vontade política” (Moreira, 1999: 223). Considerando a definição de Adriano Moreira, a Força Militar será a dimensão quantitativa e qualitativa dos recursos militares gerados pelo Factor Militar e colocados à disposição de uma vontade política.



nova configuração. No entanto, quando nos centramos no contexto dos conflitos intra-estatais, os limites da utilização da RAM parece evidente. “Ela mostra-se mais útil como uma componente de guerra indirecta entre Estados do que entre um Estado e um actor não estatal” (David, 2001: 192).

As capacidades técnicas e económicas de alguns Estados, nomeadamente dos Estados ocidentais, tornam difícil que outros Estados ou actores não estatais os ameacem utilizando meios e vias convencionais, incluindo os meios militares. Esta situação encoraja o uso de formas alternativas, que incluem o uso não convencional de violência armada.

Desta forma, a força militar necessita de responder a um espectro muito mais alargado de potenciais ameaças, muitas delas difíceis de avaliar ou que não podem ser respondidas com tácticas ou capacidades militares convencionas, pois as guerras de cariz subversivo não se ganham com acção militar, mas perdem-se pela inacção militar (Garcia e Carvalho, 2004: 111).

“As acções para enfrentar estas ameaças e desafios têm que ser coordenadas utilizando todos os instrumentos do Poder” (AJP-01(C), 2007: 1-3). Assim, muitas operações exigem que os militares actuem em conjunto com um leque muito variado de entidades civis e não governamentais (Alberts et Hayes, 2003: 54) e desta forma quanto mais em apoio de outros instrumentos estiver a força militar e simultaneamente mais apoiada por eles, mais perto se está do objectivo estratégico (Smith, 2006: 397).

A força militar na “era da informação” terá que ser também ágil em todos os domínios da guerra, nomeadamente nos domínios cognitivos e sociais. Os seus soldados têm que ser recrutados, treinados e preparados nestes domínios (Alberts et Hayes, 2003: 68). “O treino e a formação das tropas ainda fazem a diferença entre uma Força eficaz ou não, mais que a presença ou ausência das tecnologias emergentes” (David, 2001: 193).

Uma das mais importantes implicações desta mudança qualitativa de conceito de guerra é a alteração dos laços funcionais entre o poder político e o aparelho militar. A envolvente política perpassa agora verticalmente todos os níveis de actuação militar e a sua estrutura de comando nos diversos patamares de responsabilidade preocupa-se principalmente com a actuação política (Telo, 2003: 23). Mesmo ao nível táctico, um comandante de uma pequena força desempenha esse papel no seu contacto com a população e autoridades locais (Garcia e Carvalho, 2004: 112).

Desta forma, os comandantes devem dispor das orientações superiores e da capacidade de decisão necessária para executarem eficazmente as suas missões. Isto



garante-lhes a iniciativa necessária para se adaptarem e reagirem mais rápido que a ameaça. Esta característica é fundamental quando o ambiente operacional é muito fluido, como é o caso das Operações de Contra Insurreição (FM 3-24, 2006: 1-26).

Olhando para as capacidades essenciais exigidas para cumprir tarefas no contexto da segurança do séc. XXI (Alberts et Hayes, 2003: 98), requer-se uma força militar com capacidade para executar três tipos de actividades principais: (i) as actividades de combate tradicionais; (ii) um conjunto de actividades “não tradicionais”, que incluem uma grande variedade que vai da assistência humanitária às operações especiais, ou das operações de combate à droga às operações de paz; e (iii) actividades de apoio e interacção com os outros instrumentos do Poder (Alberts, 2002: 39).

Para executar qualquer uma destas actividades principais durante uma operação, a uma força são exigidas, no mínimo, quatro capacidades essenciais: (i) efectuar uma avaliação correcta da situação; (ii) trabalhar ou operar num ambiente de coligação, incluindo os vectores não militares (inter-agências, organizações internacionais, empresas privadas ou pessoal contratado localmente); (iii) posse dos meios adequados para responder e (iv) articular os meios para responder em tempo oportuno e adequado (Alberts et Hayes, 2003: 54). Em complemento, e face à configuração multinacional⁴⁹ que enquadra o seu emprego, as forças deverão ainda possuir duas características que estão interrelacionadas e que transcendem qualquer missão ou operação e que são de particular importância na “era da informação” – a interoperacionalidade e a flexibilidade (Alberts et Hayes, 2003: 8).

Neste contexto, a força militar deverá ter uma “grande mobilidade e projecção rápida, versatilidade e flexibilidade da arquitectura dos equipamentos e dos sistemas de armas, modularidade, rapidez e adaptabilidade das unidades, interoperabilidade e coordenação crescente entre todas as forças”. Ainda segundo Espírito-Santo (2002: 94), a mesma deve saber como travar a “batalha da informação” e da manobra mediática em conjugação com as decisões e acções políticas e diplomáticas.

Desta forma, e como defende Loureiro dos Santos (2006: 265), os sistemas de forças militares a adoptar pelos Estados deverão abandonar o modelo de umas Forças Armadas preferencialmente do tipo convencional pesado, cujos meios são, de um modo geral

⁴⁹ A regra dos Estados em análise é a de empregar forças militares em conjunto com outros Estados, constituindo uma “força combinada”.



desproporcionais para as ameaças com que se vão defrontar e extremamente dispendiosos para os recursos que os próprios Estado dispõem.

Hoje, a concepção e organização da força é mais orientada pela missão a desenvolver do que pelas ameaças que se lhe opõem (Espírito-Santo, 2003: 237). Devem prioritariamente desenvolver-se forças militares mais ligeiras e versáteis e apostar na sua formação e treino, especialmente vocacionados para o ambiente operacional de previsível emprego e não em conflitos cuja probabilidade de ocorrência seja muito reduzida (Santos 2006: 265).

b. A internacionalização das Forças Armadas

A tecnologia permitiu aos Estados gerar uma capacidade militar⁵⁰ mais letal a partir de grandes distâncias e com menor risco para as tropas. Esta capacidade, no entanto, elevou a força militar convencional a um patamar de dissimetria tal que é improvável que, no actual ambiente estratégico, um Estado seja alvo de agressões por parte de um actor não estatal ou mesmo estatal, utilizando meios simétricos (AJP-01(C), 2007: 1-5).

Assim, as ameaças militares convencionais sobre os Estados do chamado “mundo mais desenvolvido”, são consideradas residuais face à sua superior capacidade de intervenção, maior desenvolvimento tecnológico e maior influência nas decisões do Sistema Internacional (Sacchetti, 2002a: 174). No entanto, face ao novo quadro de conflitualidade, os Estados de *per si* tornaram-se incapazes de dissuadir ou derrotar as novas ameaças (CEDN, 2003: 280).

O conceito de segurança teve ele próprio uma grande evolução. Ele deixou de ser rígido e estático, assente na dissuasão e na defesa por reacção e passou a ser mais flexível e mais pragmático, assente sobretudo numa atitude preventiva e num empenhamento activo (Viana, 2002: 261). Assim, os novos conceitos de segurança e defesa, nomeadamente os espaços alargados apontam para a necessidade de cooperação entre aliados e amigos (Espírito-Santo, 2003: 241) e vieram reforçar o conceito de segurança colectiva. Esta necessidade levou à adopção de conceitos como o de segurança comum⁵¹ ou de segurança

⁵⁰ Esta capacidade manifesta-se sobretudo através da utilização de munições telecomandadas, melhoria do sistema de Comando e Controlo, das comunicações e da recolha de informações (Kagan, 2003: 32).

⁵¹ Descrita por Snyder (1999) como “um processo que deve a longo prazo transformar a visão que estimulou e perpetuou a corrida aos armamentos entre as grandes potências e contrariou as tentativas de desarmamento”. Resulta da emergência de interesses comuns de segurança e transcendem a responsabilidade dos Estados porque implicam também organizações internacionais e não governamentais (David, 2001: 257).



cooperativa⁵² e estimularam a criação de um conjunto de alianças militares entre Estados⁵³ para lhes dar resposta (CEDN, 2003: 280).

Por consequência, os Estados partilham cada vez mais a sua segurança enquadrados em Organizações regionais ou sub-regionais⁵⁴. Estas organizações passaram a empregar as Forças Militares colocadas à sua disposição pelos Estados para projectarem Poder fora das suas próprias fronteiras e garantirem a salvaguarda dos seus interesses no contexto estratégico ou na resolução de conflitos (Viana, 2002: 261). Neste campo a ONU tem vindo a incrementar a sua actuação.

Podemos identificar três impulsos principais que estimularam a “internacionalização” das Forças Armadas: (i) a afirmação da ilegalização do recurso à violência nas relações internacionais, consagrada na Carta das Nações Unidas (CNU), fez com que uso unilateral da força, ainda que possível, se tornasse muito improvável; (ii) a consciência de que os efeitos dos actuais conflitos não respeitam fronteiras tem servido de justificação para a procura de respostas colectivas, que passam pela colaboração internacional e (iii) o crescente papel da ONU e de organizações regionais na resolução de conflitos, especialmente no que respeita à componente militar das missões de paz (Rosa, 2006: 4).

c. O emprego das Forças Armadas

O emprego do instrumento militar requer dois pré-requisitos fundamentais: meios e oportunidade (Alberts et Hayes, 2003:171).

Hoje, ao Estado é pedida uma capacidade militar para fazer face a uma grande variedade de funções que vão desde as missões do interesse do Estado, no âmbito da ONU ou das organizações regionais de segurança e defesa, em apoio à política externa, até ao apoio a catástrofes naturais que afectem o seu território nacional e passando pelas missões de defesa colectiva, no âmbito das organizações regionais das quais faz parte ou ainda em missões de defesa territorial do seu “espaço santuário” (Espírito-Santo, 2003: 241).

Iremos concentrar a nossa análise no emprego do instrumento militar em dois grupos de missões específicos: (i) as que decorrem do contexto estratégico em que os Estados se

⁵² Definida por Jervis (1978) como “a vontade entre adversários potenciais de cooperar a fim de atenuar os riscos postos pelo dilema de segurança”. É limitada a uma perspectiva estatal e pretende encorajar a adopção de medidas que permitam prevenir, reduzir, conter ou resolver ameaças militares susceptíveis de levar a uma guerra (David, 2001: 255).

⁵³ A OTAN é porventura o exemplo mais emblemático, no caso dos países ocidentais.

⁵⁴ A OTAN é a Organização de maior expressão na Comunidade Internacional.



movimentam e são parte do mesmo e (ii) as missões em que esse Estado não é parte do mesmo, mas participa na resolução do conflito.

O contexto estratégico de emprego, pode ser definido como as tarefas e missões atribuídas pela política ao instrumento militar, na perspectiva das dificuldades e oportunidades esperadas, especialmente as criadas por uma ameaça (Gray, 2006: 18). As Forças Armadas podem ser usadas em quatro funções estratégicas⁵⁵: melhorar, conter, dissuadir ou coagir e destruir. Enquanto as duas primeiras podem ser realizadas sem que esteja estabelecido claramente qual o objectivo político desejado, as duas últimas só o deverão ser num conceito estratégico que requer o conhecimento do resultado político desejado (Smith, 2006: 322).

Assim, e com base num “conceito estratégico” devidamente aprovado pela política, o Estado empregará os seus instrumentos de Poder, nomeadamente o militar, para cumprir missões inegociáveis, tais como a sua defesa militar e a protecção dos seus interesses vitais⁵⁶ contra as ameaças simétricas e assimétricas que desafiem o Estado mesmo no interior das suas fronteiras⁵⁷, e especialmente dentro do espaço estratégico de responsabilidade nacional⁵⁸ (Sacchetti, 2002b: 7). Pois, como refere Sacchetti (2002b: 15), “não é pressuposto que as Forças Armadas actuem em “terrenos” das Forças de Segurança interna, mas constata-se que são as ameaças externas que se podem manifestar bem no interior do território nacional, sem que qualquer exército cruze ostensivamente a fronteira”.

Actualmente, as mais graves ameaças não partem dos Estados, os preparativos da agressão não denunciam o agressor, não há concentração de força, nem se pode falar em aviso antecipado. Ainda segundo Sacchetti (2003: 445), “não funciona a dissuasão, nem tão pouco a diplomacia preventiva” e no caso das ameaças mais graves de hoje, a prevenção da agressão parece só poder adoptar um processo muito pouco flexível e que se apresenta sem alternativas. Consiste em desenvolver as informações para tentar identificar os potenciais agressores e desarmá-los ou destruí-los, pois o diálogo, a diplomacia, a

⁵⁵ Entende-se por função estratégica “a tarefa que a força militar pode executar quando é enviada para qualquer confronto ou conflito político”. Rupert Smith (2006).

⁵⁶ No Conceito Estratégico de Defesa Nacional de Portugal estas missões são referidas como a garantia da “independência nacional, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas (...) incumbindo-lhe ainda garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas” (CEDN, 2003: 283).

⁵⁷ O CEDN dá já abertura a esta possibilidade quando refere que “o terrorismo transnacional apresenta-se, pois, como uma ameaça externa e, quando concretizada, como uma agressão externa, pelo que a sua prevenção e combate se insere claramente na missão das Forças Armadas” (2003: 279).

⁵⁸ No caso de Portugal este espaço “integra, até aos seus limites, as águas territoriais, o espaço aéreo nacional, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental” (Sacchetti, 2002b: 9).



dissuasão ou mesmo a coacção, são inaplicáveis. Isto significa que, na maior parte dos casos, o uso da força militar se traduz na aquisição de informação e em apoio a outros instrumentos do Poder, já que são estes que estão em melhores condições de explorar o sucesso das acções tácticas. (Smith, 2006: 401).

Neste âmbito, é fundamental que o emprego do instrumento militar seja articulado com uma utilização holística de todos os instrumentos de Poder para que todos sejam potenciados. Como parte de uma estratégia global, é fundamental introduzir medidas e acções de natureza diplomática e económica (AJP-01(C), 2007: 3-2) e ainda potenciá-las através das redes sociais, num sistema de *comprehensive approach* ao conflito (Rasmusen, 1997: 45).

Estas medidas permitem explorar o sucesso militar obtido e caminhar para o estado final desejado, ou caso contrário, a iniciativa estratégica será perdida (AJP-01(C), 2007: 3-2). Isto implica que a estratégia militar terá que se integrar no conceito das Operações Baseadas nos Efeitos (EBAO⁵⁹), dado que os objectivos militares estão sujeitos a um cada vez mais complexo sistema de constrangimentos e, como tal, necessitam de ter um balanceamento dinâmico com os objectivos não militares (Alberts, 2002: 48).

O General Espírito-Santo (2003: 240) sistematizou o emprego da força militar no âmbito estratégico, de acordo com os seguintes cenários: (i) missões de defesa territorial dos espaços nacionais; (ii) missões de defesa colectiva, no âmbito das organizações regionais de segurança e defesa; (iii) missões no âmbito de coligações específicas, de acordo com o interesse conjuntural do Estado; (iv) missões no âmbito de um confronto com recurso a armas de destruição massiva (ADM) e (v) missões para garantir a segurança de cidadãos fora do território nacional, que se encontrem em situações que necessitem de apoio, nomeadamente de evacuação.

A ONU e outras organizações regionais têm vindo progressivamente a intervir para salvaguardar a paz entre os Estados, mas também dentro dos Estados (David, 2001: 313). Desta forma, as forças militares são, cada vez mais, chamadas a intervir na chamada resolução de conflitos⁶⁰ (Rosa, 2006: 4) e esta deverá constituir uma das prioridades para o emprego do instrumento militar do Estado (Espírito-Santo, 2003: 241).

⁵⁹ *Effect Based Approach to Operations.*

⁶⁰ No âmbito deste trabalho consideramos a “resolução de conflitos” como o conjunto de actividades que inclui a prevenção – a contenção dos riscos do conflito, a gestão – actividades desenvolvidas durante os confrontos armados, e a resolução de conflitos (em sentido restrito) (David, 2001: 285).



d. O papel das Forças Armadas na resolução de conflitos

(1) A resolução de conflitos - O papel da ONU e da OTAN

Fetherston⁶¹ (1994) define a resolução de conflitos como a “aplicação não coerciva⁶² dos métodos de negociação⁶³ e de mediação⁶⁴, por terceiros, com vista a desarmar o antagonismo entre adversários e a favorecer entre eles uma cessação durável da violência”.

Para David (2001, 284), um conflito: (i) é gerido, na medida em que os efeitos da violência que ele arrasta são contidos e atenuados pelos adversários ou por terceiros; (ii) está terminado, quando se consegue um acordo entre os protagonistas, pondo fim à fase violenta do conflito; (iii) está resolvido, quando as suas causas profundas deixam de agir e o comportamento dos antigos adversários deixa de ser belicoso e (iv) transforma-se em paz durável quando as condições que originaram o conflito deixam de existir e as partes ultrapassam a sua hostilidade e se reconciliam.

As Nações Unidas, através da sua Carta constitutiva, definem as diversas formas previstas e aceites pelos seus membros para a resolução dos conflitos, quer de forma pacífica⁶⁵, quer através do recurso à força⁶⁶. Daqui retiramos a característica principal da resolução de conflitos - terceiros, que não fazem parte do conflito, utilizam os seus meios para o resolver (Branco, 2008).

O novo contexto internacional colocou o desafio à ONU para reavaliar os domínios da sua intervenção no âmbito da manutenção da paz e segurança internacionais. Assim, em 1992, o Secretário-Geral Boutros-Ghali difundiu a Agenda para a Paz⁶⁷, em que a Organização se compromete oficialmente pela primeira vez num domínio conceptual da prevenção, gestão e resolução de conflitos e que viria a designar-se fora do contexto *onusiano*, por “operações de paz”.

A “ONU passaria a intervir em quatro áreas de acção, não apenas para gerir a violência, mas também para impedir que ela deflagrasse ou se reacendesse, alargando a sua intervenção a outros momentos do processo da resolução de conflitos, isto é, ao antes e ao

⁶¹ Citado por David (2001, 284).

⁶² No entanto, ONU prevê também a utilização de métodos coercivos no âmbito do seu Capítulo VII.

⁶³ A negociação é feita normalmente de forma directa pelos contendores (David, 2001: 285)

⁶⁴ A mediação implica a intervenção de terceiros. Intermediários não implicados no conflitos tais como indivíduos, governos, ONG, etc.

⁶⁵ No âmbito do seu Capítulo VI.

⁶⁶ No âmbito do seu Capítulo VII.

⁶⁷ A/47/277 - S/24111. *An Agenda for Peace Preventive diplomacy, peacemaking and Peace-keeping: Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992.* Nova York.



depois da deflagração da violência” (Garcia et al, 2008, 121). Estas quatro áreas de acção estão vertidas na Agenda e são as seguintes: (i) diplomacia preventiva⁶⁸; (ii) restabelecimento da paz⁶⁹; (iii) manutenção da paz⁷⁰ (Agenda, 1992: parag. 20) e (iv) consolidação da paz pós conflito⁷¹ (Agenda, 1992: parag. 21).

Das lições aprendidas, a ONU publicou em Janeiro de 1995 o Suplemento da Agenda para a Paz, um “documento mais robusto e melhor articulado” que a Agenda para a Paz (Garcia *et al*, 2008, 122). Este documento re-articula os instrumentos para controlar e resolver conflitos, entre Estados e intra Estados, da seguinte forma: (i) diplomacia preventiva e restabelecimento da paz⁷²; (ii) manutenção da paz; (iii) consolidação da paz; (iv) desarmamento; (v) sanções; e (vi) imposição da paz⁷³ (Suplemento, 1995, Parag. 23).

Nesta organização, a diplomacia preventiva e o restabelecimento da paz aproximaram-se conceptualmente. É neste contexto que em 1996, Boutros-Ghali não só enfatiza a natureza diplomática destes dois instrumentos, como afirma tratar-se do emprego das mesmas técnicas, diferenciando-os apenas o momento em que ocorrem⁷⁴ (Garcia et al, 2008: 122).

O Suplemento da Agenda para a Paz⁷⁵ (1995, Parag. 23), estabelece também as bases de emprego dos diversos instrumentos de resolução de conflitos tendo como referência o consentimento das partes envolvidas num conflito. Assim, a diplomacia preventiva, o restabelecimento da paz e a manutenção da paz só têm lugar com base no consentimento. As sanções e a imposição da paz, sendo por natureza medidas coercivas, não requerem o

⁶⁸ Consiste nas acções protagonizadas por terceiros com o objectivo de impedir a escalada de conflitos e a sua deflagração em violência, impedir que conflitos existentes se espalhem e contaminem o espaço circundante, e impedir o reacendimento de conflitos já debelados” (Garcia et al, 2008, 121).

⁶⁹ “Acções destinadas à conciliação entre as partes desavindas, essencialmente através de meios pacíficos, como os previstos no Capítulo VI da Carta, pelo menos numa fase inicial, sem excluir, em momentos posteriores, o emprego de medidas de pendor coercivo” (Idem:121)

⁷⁰ “Consiste na projecção de uma presença da ONU num determinado território, até aqui com o consentimento de todas as partes envolvidas, envolvendo normalmente militares e/ou polícias e também frequentemente civis” (Ibidem:121).

⁷¹ “Conjunto de acções destinadas a identificar e apoiar as estruturas com as quais se reforça e solidifica a paz, de modo a evitar o recomeço das hostilidades” (Ibidem: 121).

⁷² “O peacemaking é expurgado das actividades que envolvem o uso da força, passando a ser tratado apenas no domínio da diplomacia. As sanções, e a imposição que faziam para do peacemaking passam a ser tratadas de uma forma autónoma, fora desse chapéu”. (Ibidem: 126)

⁷³ São de natureza coerciva e levadas a cabo quando não se obteve o consentimento das facções envolvidas num conflito, ou este consentimento possa ser incerto. São desenhadas para manter ou restabelecer a paz, ou impor os termos de um mandato (AJP-3.4, 2005: 3-3).

⁷⁴ A Diplomacia Preventiva antes do conflito armado deflagrar e o *peacemaking* após o início da violência generalizada.

⁷⁵ A/50/60 - S/1995/1. Supplement to an Agenda for Peace.



consentimento das partes. O desarmamento pode ter lugar tanto com base num acordo como no contexto de uma acção sob o capítulo VII.

As Nações Unidas não reclamam o monopólio do uso destes instrumentos de resolução de conflitos e abrem a porta para que estes possam ser empregues por organizações regionais, coligações *ad hoc* e por Estados de forma individual (Suplemento, 1995, Parag. 24). Desta forma a OTAN, enquanto organização regional, aprovou doutrina nesta matéria, designando a utilização destes instrumentos por Non-Article 5 - Operações de Resposta a Crises⁷⁶ (NA5CRO).

A OTAN considera as NA5CRO como sendo operações multifuncionais e que compreendem um vasto leque de actividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises. Estas operações incluem a prevenção de conflitos, manutenção de paz, imposição da paz, restabelecimento da paz, consolidação da paz e as operações humanitárias⁷⁷ (AJP – 3.4, 2005: 3.1).

As operações conduzidas pela OTAN seguem a mesma linha de actuação da ONU, quer na terminologia, quer nos instrumentos previstos. No entanto, embora a OTAN refira que se trata de actividades conduzidas normalmente de acordo com os princípios do Capítulo VI da Carta, o seu conceito é mais musculado, prevendo a possibilidade do emprego dos militares para dissuadir e coagir as facções, alvitando a possibilidade de uma postura de combate e um mandato de imposição ao abrigo do Capítulo VII. A OTAN não exclui, nesta fase, o recurso às sanções e aos embargos (Garcia et al, 2008: 134).

Assim, em termos de sistematização, iremos adoptar a doutrina seguida pela OTAN e vertida no AJP 3.4⁷⁸: (i) prevenção de conflitos; (ii) restabelecimento da paz; (iii) manutenção de paz; (iv) imposição da paz; e (v) consolidação da paz⁷⁹, pelo que poderemos elaborar o gráfico do processo de resolução de conflitos que a seguir se apresenta.

⁷⁶ A Aliança Atlântica tem plasmada a sua base doutrinária para a execução de NA5CRO no AJP – 3.4 (Non-Article 5 – Crisis Response Operations) datado de Março de 2005. Nesta publicação são definidos os Princípios e a Tipologia destas Operações.

⁷⁷ É efectuada a autonomização classificativa das operações humanitárias, que não existia nas propostas taxinómicas da ONU.

⁷⁸ Nesta sistematização não consideramos as Operações Humanitárias.

⁷⁹ O AJP-3.4.1(2005: 2-7) assume a terminologia de “Peace Building” - Construção da Paz.

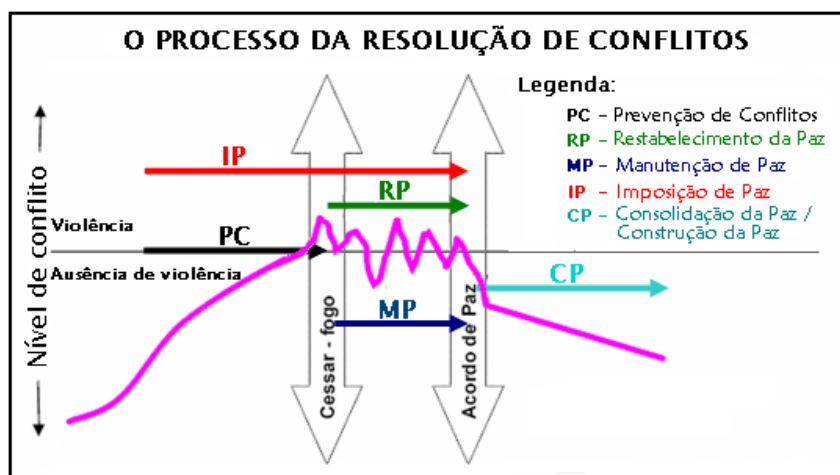


Fig 2 – O Processo da Resolução de Conflitos (Adaptado de Garcia *et al*, 2008: 142)

A utilização destes instrumentos fora do quadro das Nações Unidas, e muito particularmente do seu Conselho de Segurança, não tem sido pacífico, pois os princípios defendidos no espírito da Agenda para a Paz podem perder o significado, se as estruturas regionais dotadas de capacidade militar para apoiar autonomamente uma missão de paz, caírem na tentação de usarem os meios disponíveis para impor a sua própria agenda em termos de segurança internacional⁸⁰ (Rosa, 2006: 6).

(2) O papel da força militar

Tendo como referência a sistematização para o processo de resolução de conflitos atrás apresentada, faremos de seguida uma possível abordagem do papel da força militar nas diferentes fases deste processo.

A prevenção de conflitos tendo por objectivo genérico impedir a deflagração da violência e a escalada, propagação e reacendimento de conflitos (Garcia *et al*, 2008: 141). Desta forma, a prevenção de conflitos depende cada vez mais da obtenção de informação credível que permita garantir um sistema de alerta rápida que vigie o desenvolvimento das situações de crise em tempo real e avalie as possíveis respostas afim de aplicar as mais rápidas e adequadas (Castells, 2003: 31). Neste âmbito, as actividades militares são normalmente conduzidas de acordo com o Cap. VI da Carta da ONU, mas as forças militares podem também ser empregues para dissuadir e coagir as partes o que requerer um mandato com base no Cap. VII da Carta (AJP-3.4, 2005: 3-4).

⁸⁰ Em 1999, a intervenção da OTAN no Kosovo sem autorização prévia do CSNU, em vez de reforçar, acabou por pôr em causa a legitimidade e a jurisdição do edifício de resolução de conflitos previsto na Carta das NU.



O conceito de restabelecimento da paz proposto pela OTAN é muito semelhante ao da ONU, mas mais robusto (Garcia *et al*, 2008: 135). Centra-se nas actividades diplomáticas executadas após o início do conflito, com o objectivo de estabelecer um cessar-fogo ou um apaziguamento rápido e pacífico e não exclui o apoio militar à acção diplomática através do emprego directo de meios militares, ou de forma indirecta⁸¹ (AJP-3.4, 2005: 3-4).

O objectivo da imposição da paz não é o derrotar ou destruir o inimigo, mas sim o compelir, coagir e persuadir as facções a cumprirem com uma determinada modalidade de acção. A OTAN alerta para a necessidade de se saber distinguir uma operação de paz, mesmo na sua forma extrema de imposição, de uma acção de guerra contra um inimigo, o que passa pelo estabelecimento de um objectivo político último, em vez da obtenção da vitória militar. Esta é a questão decisiva que separa a guerra da imposição de paz. (Garcia *et al*, 2008, 134). A utilização da força militar visa impor as condições de um mandato para manter ou restaurar a paz a fim de permitir a execução de operações de uma força de manutenção de paz, com um mandato diferente (AJP-3.4, 2005: 3-3).

Quanto à manutenção da paz, a OTAN considera que estas operações servem para monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz (Garcia *et al*, 2008: 134) e é nestes termos que a força militar é empregue visando fundamentalmente facilitar a acção diplomática, a mediação do conflito e o assegurar condições de segurança básicas para se obter uma solução política, isto é, um acordo de paz (Garcia *et al*, 2008: 143). Esta, com o consentimento das partes, têm em vista manter um cessar-fogo e prevenir o recomeço das hostilidades. Neste tipo de operações mantém-se a imparcialidade e actua-se com Regras de Empenhamento muito restritivas (David, 2001: 315), garantindo a preservação de um ambiente seguro.

Em cenários de consolidação da paz, as forças militares operam sobretudo depois de terem sido obtidas soluções políticas para os conflitos. Assim, o papel das forças militares é, de uma forma geral, o de criar um ambiente seguro (Garcia *et al*, 2008: 124). Os especialistas na resolução de conflitos defendem que a presença de forças militares após a assinatura de um acordo de paz é fundamental e que se a sua presença não se materializar de forma efectiva num prazo entre seis a doze semanas após esta assinatura, o acordo poderá perder a sua eficácia (Durch, 2006: 589). As forças militares “conferem segurança para o trabalho da componente civil dessas operações e fornecem o apoio necessário para

⁸¹ Através do apoio de planeamento e de estado-maior.



que as agências civis possam dirimir as causas do conflito e assim criar as condições para uma paz auto sustentável” (Garcia *et al*, 2008: 124).

A actual geração de operações para a resolução de conflitos⁸² privilegia a imposição de paz com vista a uma estabilização dos Estados, passando pela reconstrução, democratização e desenvolvimento (David, 2001: 318). Visam, portanto, atingir um objectivo político em vez de obter uma vitória militar (Garcia *et al*, 2008: 143).

Desta forma, a complexidade da resolução de conflitos tem vindo a aumentar, especialmente desde que o predomínio dos conflitos armados passou a ser intra Estados, assistindo-se a uma osmose entre a imposição e a consolidação da paz (David, 2001: 318).

Como defende David (2001: 305), os obstáculos para a resolução de conflitos, em situações de conflito intra estatal, são aparentemente mais sérios e complicados do que no caso dos conflitos inter estatais e as forças militares têm sido mandatadas para executar operações de restabelecimento, imposição ou consolidação da paz, em condições de elevado risco e muitas vezes sem que as partes subscrevam essas operações.

Uma das tarefas que vem sendo atribuída às forças militares de forma crescente é o recrutamento, treino, desenvolvimento da liderança e apoio às forças militares e por vezes não militares do Estado onde decorreu o conflito (Durch, 2006: 574). Visam, simultaneamente, reconstruir e reforçar um dos pilares fundamentais do Estado e incrementar a sua própria capacidade para de uma forma coordenada impor um ambiente seguro no território. Esta tarefa, também designada por Assistência Militar, mais uma vez reforça e releva as capacidades que uma força militar deve dispor, quer em termos colectivos, quer individuais, para desempenhar o seu papel neste tipo de operações.

Consequentemente, embora designadas por “Operações de Apoio à Paz⁸³” a OTAN⁸⁴, admite que as NA5CRO possam ser tão exigentes e intensas como as Operações de Defesa Colectiva (Artigo 5), podendo requerer o emprego de todas as capacidades da Aliança e compreendem a participação de Forças Militares na condução de um largo espectro de operações (AJP-1(C), 2007: 2-25).

Desta forma, quanto à tipologia das operações, a nova doutrina da OTAN (AJP-1 (C)) aponta para uma mudança de paradigma, em que as operações sejam vistas como um

⁸² Considerada a terceira fase a partir de 1994 (David, 2001: 318).

⁸³ *Peace Support Operations*.

⁸⁴ Posteriormente à aprovação do AJP – 3.4 (Non-Article 5 – Crisis Response Operations), fez a revisão da sua doutrina, aprovando e difundindo em Março de 2007 a versão C do AJP-1 (Allied Joint Doctrine), onde toma já em consideração as tendências de mudança no ambiente estratégico actual atrás caracterizado.



conjunto de actividades de intensidade variável que são executadas em todo o espectro dos conflitos. Assim, em relação às NA5CRO, pode depreender-se que numa mesma operação diversas actividades podem estar a ser desenvolvidas em simultâneo.

Parece aplicar-se o conceito da *guerra nos três blocos*, defendida por Krulak (1999), segundo a qual, em espaços físicos confinantes⁸⁵, em momentos temporais muito próximos, uma pequena força militar pode ter de: (i) fornecer alimentação e roupa a deslocados ou refugiados, prestando assistência humanitária; (ii) separar facções hostis, conduzindo uma tarefa de manutenção de paz; e (iii) combater, utilizando a força letal, contra uma ameaça à sua própria presença.

Estas acções configuram simultaneamente as características da manutenção, da imposição e da consolidação, mas também de combate tradicional, em que ao contrario da definição de resolução de conflitos, a força militar deixa de ser vista por alguns dos contendores como uma terceira parte do conflito.

Isto altera o paradigma das OAP, pois admite-se que estas possam ser conduzidas e enformadas por princípios antes reservados para as operações convencionais, características das Operações de Defesa Colectiva (AJP-1(C), 2007: 2-23). Desta forma, a NATO aponta para a aplicação de um conjunto de princípios a todas as operações, inclusive nas NA5CRO.

Verifica-se assim que, quando empregues na resolução de conflitos, as forças militares para além do respeito pelos princípios específicos das operações que lhe estão associadas, passaram também a executá-las de acordo com os princípios gerais das Operações. Esta situação parece conduzir a um robustecimento das OAP, ao ser assumida a sua execução com recurso a princípios anteriormente reservados às operações de combate e é-lhes garantido um outro leque de ferramentas para actuar⁸⁶.

Desta forma, ao Estado, exigem-se simultaneamente Forças Armadas com uma preparação e capacidades bastante superiores, mas também o assumir de outros riscos, especialmente políticos, face ao aumento da possibilidade de baixas e o desenvolvimento e mobilização de outras fontes de Poder para que a sua actuação na resolução do conflito em que intervém seja eficaz.

⁸⁵ Que Krulak define por *quarteirões* (blocks).

⁸⁶ Por exemplo contra grupos de insurgentes na contra-insurreição.



5. Conclusões

O Poder é um recurso multifacetado, construído, instrumental e em mutação contínua, que resulta sempre de uma relação e não de um atributo particular de um actor. Esta relação depende do momento, do espaço e do alinhamento conjuntural entre os actores em presença.

Um Estado tem como fontes de Poder os “atributos nacionais” e determinadas “condições no meio internacional”. Esses atributos e condições são normalmente tangíveis e intangíveis, podendo as fontes ser sistematizadas em naturais, sincréticas e sócio-psicológicas.

O Poder de um Estado é, desta forma, o produto de recursos tangíveis e intangíveis de que este dispõe para induzir, influenciar, condicionar, coagir ou atrair o Poder de outros actores, quando se estabelece uma relação de conflitualidade, em que ambos lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses.

Quando o Poder é concebido em termos de recursos surge-nos o problema de converter Poder potencial, dado por uma determinada fonte, em Poder real, avaliado em circunstâncias determinadas e com vista a objectivos específicos. No entanto, conclui-se que em qualquer circunstância, um Estado tem tantas mais possibilidades de ser influente quantos mais atributos possuir e quanto mais potenciar as suas fontes de Poder.

A importância de cada fonte do Poder varia com a conjuntura histórica, a evolução do conhecimento ou a percepção sócio-cultural de uma civilização e com o tipo de conflito. A “revolução da informação” afastou o Poder da base geográfica onde tradicionalmente se materializava, porque lhe retirou as tradicionais fronteiras físicas em que os Estados assentavam as suas relações. Esta evolução permitiu que os actores não estatais, especialmente os de cariz transnacional, passassem a ter um maior protagonismo, quer na política interna, quer na política internacional.

Aos Estados, para além de imporem a sua vontade por coacção, é-lhes exigido que negociem, convençam e sejam atractivos nos diversos domínios onde têm interesses. Tal facto impele o Poder a ser cada vez mais *suave*, pelo que o seu emprego é cada vez menos tangível e coercivo, e progressivamente mais qualitativo e menos quantitativo, o que condiciona a avaliação dos recursos tangíveis em função dos recursos intangíveis.

Assim, o designado *soft power* baseia-se em recursos intangíveis tais como a cultura, a ideologia e a qualidade das instituições, em que se releva a capacidade de atracção das



nossas ideias ou a capacidade de determinar a agenda política, de modo a moldar as preferências de outros.

O facto da relação entre os instrumentos do Poder ser sempre contextual e a superioridade de uma entidade sobre outra não ser uniforme, o emprego destes instrumentos deve ser feito pelo seu balanceamento, de acordo com a situação e a ameaça. A sua aplicação depende da articulação efectuada entre o *hard power* e o *soft power*, suportado num pensamento estratégico bem elaborado.

Confirma-se assim o papel fundamental da liderança, apoiada no desenvolvimento cultural, social e técnico da população, para que as fontes sincréticas e sócio-culturais de uma entidade política possam ser desenvolvidas e exponenciadas, pois permitem simultaneamente valorizar ambas as formas que o Poder assume.

Neste contexto, encontra-se resposta à primeira questão derivada, relativa à forma como o Estado pode explorar as suas fontes de Poder nas suas relações estratégicas. A hipótese levantada de que a exploração das fontes de Poder do Estado depende da situação, sendo predominantes as que permitem a valorização e a utilização do *soft power*, confirma-se e releva-se a necessidade dos Estados explorarem e desenvolverem as suas fontes sincréticas e sócio-psicológicas.

Entre os instrumentos do Poder, o militar é apenas uma das formas que o Poder assume sendo materializado pela utilização de uma força militar. É simultaneamente o mais organizado, o mais estratégico, e o mais operacional dos instrumentos de Poder e praticamente todas as fontes de Poder podem ser convertidas para o incrementar.

A força militar é o resultado da conversão de um conjunto de elementos naturais, sincréticos e sócio-psicológicos, e surge da articulação de meios humanos, materiais, doutrina e meios morais, expressos em sistemas de forças. Mais uma vez releva-se a importância de factores intangíveis como a liderança, o moral e a disciplina para incrementar o potencial deste instrumento de Poder. O seu desenvolvimento deve estar assente na valorização dos seus recursos humanos, designadamente através da formação, especialmente dos seus quadros, permitindo desta forma que o desenvolvimento técnico garanta o incremento da eficácia da acção das cadeias de comando e seja um multiplicador ao nível da execução.

O facto do objectivo da aplicação do instrumento militar ter deixado de ser o de derrotar as suas forças militares opositoras, os novos condicionamentos políticos, sócio-culturais, económicos, tecnológicos e geográficos para a condução da guerra, a atitude da



sociedade perante a guerra e o conflito e o aparecimento de novos instrumentos para enfrentar os novos riscos e preocupações, puseram em causa a importância do instrumento militar, nomeadamente em favor do instrumento económico. No entanto, nunca como na actualidade o instrumento militar foi tão usado para satisfazer objectivos políticos, defender os valores humanos, os valores democráticos e as condições de vida das populações, especialmente num ambiente de conflitualidade. Salienta-se, no entanto, a importância crescente da cooperação civil-militar e a necessidade das forças militares desenvolverem capacidades neste âmbito.

Assim, um Estado ao dispor de uma força militar com capacidades adequadas, poderá utilizar este instrumento de Poder na salvaguarda do seu “território santuário”, dissuadir eventuais ameaças, exponenciar e reforçar as suas relações no Sistema Internacional, mas também, reforçar o seu sistema de segurança interno e apoiar as suas populações através da execução de missões de interesse público.

Encontramos assim a resposta à segunda questão derivada, relativa à importância do instrumento militar do Estado no actual contexto estratégico, confirmando-se a hipótese de que o instrumento militar continua a ser um dos principais instrumentos do Poder do Estado, e que o seu valor tem vindo a ser reforçado.

A hipótese de que o instrumento militar teria perdido importância em favor de outros instrumentos, nomeadamente do económico, não foi validada, pois nunca como agora os instrumentos de Poder estiveram tão estreitamente relacionados e se puderam valorizar mutuamente.

Nesta óptica, propusemo-nos a abordar o emprego do instrumento militar. O actual ambiente estratégico internacional é incerto, imprevisível, complexo e perigoso. Embora as alterações ao nível da conflitualidade pareçam apenas uma nova combinação dos ingredientes já conhecidos e teorizados, a era da informação acelerou os processos e tornou esta conflitualidade cada vez mais diversificada e específica, embora de cariz crescentemente assimétrico. Face a este cenário, a força militar deverá ser organizada, treinada e utilizada para derrotar, prevenir ou dissolver as ameaças assimétricas e ao mesmo tempo manter a sua capacidade para combater em conflitos com algum grau de simetria. Assim, os Estados devem apostar em forças mais ligeiras, de grande flexibilidade, mobilidade, versatilidade e capacidade de projecção rápida, e desenvolver doutrinas e respectiva formação dos seus quadros nesta tipologia de operações.



Actualmente ao Estado é pedida uma capacidade militar para fazer face a uma grande diversidade de missões. Com base num conceito estratégico, o Estado continuará a empregar o seu instrumento militar para cumprir missões inegociáveis, como a sua defesa militar e a protecção dos seus interesses vitais, especialmente dentro do espaço estratégico de responsabilidade nacional, mas também em proveito do bem estar das suas populações. Por outro lado, os condicionamentos ao recurso à violência nas relações internacionais, consagrada na Carta das Nações Unidas e a consciência de que os efeitos dos actuais conflitos não respeitam fronteiras, levaram à procura de respostas colectivas, que passam pela colaboração internacional, especialmente a nível regional.

Os Estados partilham cada vez mais a sua defesa e segurança num princípio de segurança colectiva enquadrados em organizações, pelo que estas passaram de *per si* a empregar as forças militares colocadas à sua disposição pelos Estados para projectarem Poder, fora das suas próprias fronteiras e garantirem a salvaguarda dos seus interesses no contexto estratégico.

Com o incremento da intervenção da Comunidade Internacional, nomeadamente o crescente papel da ONU e de organizações regionais na resolução de conflitos, faz com que, cada vez mais, as forças militares sejam chamadas a intervir na resolução de conflitos, especialmente no que respeita à componente militar das missões de paz.

A actual geração de operações para a resolução de conflitos privilegia a imposição de paz com vista a uma estabilização dos Estados, passando pela reconstrução, democratização e desenvolvimento, e a complexidade da resolução de conflitos tem vindo a aumentar, especialmente desde que o predomínio dos conflitos armados passou a ser intra-Estados.

Neste contexto, às forças militares cabe o papel fundamental de criar e preservar um ambiente seguro, de acordo com a tipologia de operações em que são empregues. Para atingirem este desiderato as actividades militares são normalmente executadas de acordo com o Cap. VI da Carta da ONU, no entanto, o recurso a medidas com base no Cap. VII tem vindo a aumentar para dissuadir e coagir as partes.

Apesar do sucesso militar alcançado nas operações, é fundamental que o emprego do instrumento militar seja articulado com uma utilização holística de todos os instrumentos de Poder para que todos sejam potenciados. Pretende-se que, num sistema de *comprehensive approach* ao conflito, as forças militares atinjam e garantam as condições de segurança, bem



como o fornecimento do apoio necessário para que outras agências possam solucionar as causas do conflito e assim criar as condições para uma paz sustentável.

Encontramos assim, a resposta à terceira questão derivada, relativa ao papel do instrumento militar no actual contexto estratégico e na resolução de conflitos e confirma-se a hipótese de que o instrumento militar é essencialmente um instrumento de dissuasão de ameaças para o Estado e tem um papel cada vez mais relevante na resolução de conflitos.

O factor militar é concomitantemente uma fonte e um instrumento de Poder. A aposta do Estado na sua valorização, especialmente na sua qualidade, garante-lhe um reforço da sua própria segurança, mas simultaneamente a capacidade de acção e prestígio ao nível externo. Neste âmbito, ao dispor de uma força militar com capacidades adequadas, poderá utilizá-la nas suas relações no Sistema Internacional, quer num contexto estratégico, quer na resolução de conflitos, com vista a uma estabilização, reconstrução, democratização e desenvolvimento dos Estados onde intervêm, mantendo desta forma a sua capacidade de actuação e influência em regiões onde o contexto aconselha o seu empenhamento.

Vimos deste modo, ao longo deste trabalho que, tendo como enquadrante as fontes de Poder de um Estado, o papel do seu instrumento militar na actualidade continua a ser relevante e importante. No entanto, para que o Estado tenha esta capacidade, deverá desenvolver e exponenciar, todos os seus componentes ou fontes que lhe permitam dispor de instrumentos eficazes e adequados e aplicá-los de forma sinérgica às múltiplas exigências do complexo contexto estratégico da actualidade.

Esta investigação demonstra assim a necessidade de se aprofundarem outras temáticas. Face à sua pertinência e interesse, parecem-nos merecedores de futuras investigações, assuntos como: (i) a formação dos recursos humanos das Forças Armadas, face aos previsíveis cenários de emprego; (ii) o papel do instrumento militar enquanto potenciador do *soft power* do Estado, e (iii) o desenvolvimento de competências, ao nível das Forças Armadas, necessárias à sua participação em tarefas inerentes ao conceito *three block war*.

“In one moment in time, our service members will be feeding and clothing displaced refugees – providing humanitarian assistance. In the next moment, they will be holding two warring tribes apart – conducting peacekeeping operations. Finally, they will be fighting a highly lethal mid-intensity battle. All on the same day, all within three city blocks. It will be what we call the three block war”.

Charles Krulak (USMC) (1999)



Bibliografia

Monografias

- ALBERTS, David S. (2002) – *Informational Age Transformation, getting to a 21st Century Military*. DoD Command and Control Research Program, Washington – USA.. ISBN 1-893723-06-2.
- ALBERTS, David S., HAYES, Richard E. (2003). *Power to the Edge: Command and Control in the Informational Age*. Washington: DoD Command and Control Research Program. ISBN 1-893723-13-5.
- ALMEIDA, Políbio Valente (1990). *Do Poder do pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BONIFACE, Pascal (1996). *Dicionário das Relações Internacionais*. 1^a ed. Lisboa: Edições Plátano. ISBN 972-707-179-1.
- BONIFACE, Pascal (2003). *Guerras do Amanhã*. 1^a ed. Lisboa: Editorial Inquérito. ISBN 819517/2008.
- CLINE, Ray S. (1977). *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Washington: Georgetown University. Boulder - Westview Press.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia*, Volume I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- DAVID, Charles Philippe (2001). *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-771-410-2.
- GARCIA, Proença, et al (2008). *Participação portuguesa em Missões de Paz: Volume I*. Lisboa: Fundação Mário Soares - Centro de Investigação e Formação para uma cultura de Paz. (A aguardar publicação).
- HAMMES, Thomas X. (2004). *The Sling and the Stone on War in the 21st Century*. Minnesota: Zenith Press. ISBN 0-7603-2059-4.
- KAGAN, Robert (2003). *O Paraíso e o Poder: A América e a Europa na nova Ordem Mundial*. 1^a ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-913-6.
- KALDOR, Mary (2001). *Las nuevas guerras: Violencia organizada en la era global*. 1^a ed. Barcelona: Kriterion Tusquets Editores. ISBN 84-8310-761-9.
- KISSINGER, Henry (2002). *Diplomacia*. 2^a ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 0-671-65991-X.



- MOREIRA, Adriano (1999). *Teoria das Relações Internacionais*. 3ª ed. Coimbra: Almedina. ISBN 972-40-1275-1.
- NYE, Joseph S. Jr. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos)*. Lisboa: Editora Gradiva. ISBN 972-662-845-8.
- NYE, Joseph S. Jr. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nona Iorque: Public Affairs. ISBN 1-58648-225-4.
- SANTOS, Loureiro dos (2006). *O Império debaixo de fogo: Ofensiva contra a ordem unipolar - Reflexões sobre Estratégia V*. Mem Martins: Publicações Europa – América.
- SMITH, Rupert (2006). *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*. Londres: Penguin Books.
- TOFFLER, Alvin, TOFFLER, Heidi (1991). *Os Novos Podres*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- VAISSE, Maurice (2004). *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-1224-5.
- VIANA, Victor M. Rodrigues (2002). *Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional. ISBN 972-762-241-0.
- WALZER, Michael (2004). *A Guerra em Debate*. Lisboa: Edições Cotovia, ISBN 972-795-097-3.

Participações em monografias e artigos de publicações em série:

- CABRITA, Mário (1990). *Guerra e Poder*. Oeiras: Revista de Artilharia, nº 777 a 779, Maio a Julho de 1990, p. 525-534.
- CASTANHEIRA, Ana (2002). *A Globalização e o Poder*. In *Estratégia*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Volume XIII, p. 251-268.
- CASTELLS, Manuel (2003). *El mundo después del 11 de Septiembre*. In *Guerra y Paz en el siglo XXI: Una perspectiva europea*. 1ª ed. Barcelona: Kriterion Tusquets Editores. p. 13-20.
- CORREIA, Ângelo (2003). *Opções e Transformações na Segurança e Defesa Nacional*. In *Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa (Seminário)*. Lisboa: Academia Militar e Instituto de Altos Estudos Militares. Maio de 2003, p. 205-220.



- COUTO, Abel Cabral (2007). *Uma nova base conceptual para a Estratégia*. In *Grandes Estrategistas Portugueses: Antologia*. Lisboa: Edições Sílabo, p. 295-314.
- DURCH, William J. (2006). *Are we Learning Yet? In Twenty-First-Century Peace Operations*. Washington: United States Institute of Peace and The Henry I. Stimson Center. p. 573-608.
- ESPIRITO-SANTO, Gabriel (2002). *Área Militar: A Estratégia Militar como Componente da Estratégia Total*. In *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa: Edições Atena.
- ESPIRITO-SANTO, Gabriel, (2003). *Opções e Transformações na Segurança e Defesa Nacional*. In *Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa (Seminário)*. Lisboa: Academia Militar e Instituto de Altos Estudos Militares. Maio de 2003, p. 233-242.
- FONTOURA, Luís, (2007). *O Poder na relação externa do Estado: A Equação de Cline*. In *Cadernos Navais*, nº 21. Comissão Cultural da Marinha - Grupo de Estudo e Reflexão Estratégica (GERE), Abril - Junho 2007, p. 3-41.
- GARCIA, Proença, CAVALHO, Maria Francisca (2004). *O fenómeno da Guerra no novo século: uma perspectiva*. In *Revista do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, nº 7, Setembro 2004, p. 104-124.
- GRAY, Colin S. (2006). *Recognizing and Understanding Revolutionary change in Warfare: the sovereignty of context*. Strategic Studies Institute, US Army College. Fevereiro 2006.
- HENRIQUES, Mendo Castro, PARADELO, António (2006). *Uma fórmula de Soft Power*. In *Revista Nação & Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, Primavera 2006, p. 107-127.
- JABLONSKY, David (2001). *National Power*. U.S. Army War College guide to Strategy, US Army College. Fevereiro 2001.
- KALDOR, Mary (2003). *Haz la ley y no la guerra: la aparición de la sociedad civil global*. In *Guerra y Paz en el siglo XXI: Una perspectiva europea*. 1ª ed. Barcelona: Kriterios Tusquets Editores, p. 67-98.
- KRULAK, Charles C. (1999). *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*. In *Marines Magazine*. Janeiro de 1999. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/awc-lesn.htm#stratcorp>.



- MATHIAS, Leonardo, (2007). *O Poder na relação externa do Estado*. In Cadernos Navais, nº 21. Comissão Cultural da Marinha - Grupo de Estudo e Reflexão Estratégica (GERE), Abril - Junho 2007, p 43-54.
- MARQUES, TCor Valente (2008). *A conjuntura actual e as evoluções na Estratégia*. Aula ao CEMC no Instituto Estudos Superiores Militares. [13 de Janeiro de 2008]. Lisboa.
- METZ, Steven. (2000). *Armed Conflict in The 21st Century: The Information Revolution and Post-Modern Warfare*. U.S. Army War College, Strategic Studies Institute.
- MOITA, Luis, (2007). *Transições que se verificam no uso da violência e nos conflitos armados*. In Notas para a Cadeira de Guerra e Paz nas Relações Internacionais – Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa.
- PUREZA, José Manuel, (2007). *Cultura da Paz*. In Seminário “Promoção da Paz” – Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa. 18 – 21 Dezembro 2007.
- RASMUSSEN, Lewis, (1997). *Peacemaking in the Twenty-First Century: New Rules, New Roles, New Actors*. In Peacemaking in International Conflicts: Methods & Techniques. Washington: United States Institute of Peace Press, p. 23-50.
- ROSA, Marco, (2006). *A cooperação a nível regional e as missões da Paz*. In Pax – Boletim Online do Núcleo de Estudos para a Paz. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Novembro 2006, p. 4-6. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/apresentacao.php>
- SACCHETTI, António E. Ferraz (2002a). *A conjuntura internacional e os novos conflitos*. In Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Volume XIII, p. 153-176.
- SACCHETTI, António E. Ferraz (2002b). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional: Estudos*. In Cadernos Navais. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha. nº 3, Outubro - Dezembro 2002, p. 3-18.
- SACCHETTI, António E. Ferraz (2003). *Estratégia e Relações de Poder*. Lisboa: Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXXXIII, Julho - Setembro 2003, p. 423-450.



- SANTOS, José A. Loureiro, (2003). *Opções e Transformações na Segurança e Defesa Nacional*. In Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa (Seminário). Lisboa: Academia Militar e Instituto de Altos Estudos Militares. Maio de 2003, p. 221-232.
- SOLANA, Javier (2003). *La seguridad global en un entorno geopolítico cambiante: la perspectiva europea*. In Guerra y Paz en el siglo XXI: Una perspectiva europea. 1ª ed. Barcelona: Kriterios Tusquets Editores, p. 21-34.
- TELO, António José (2003). *Portugal e a Transformação da Defesa*. In Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa (Seminário). Lisboa: Academia Militar e Instituto de Altos Estudos Militares. Maio de 2003, p. 19-38.
- TOMÉ, António Almeida (2002). *Poder e estratégia em ambiente de Globalização*. In Mais Alto: Revista da Força Aérea Portuguesa, nº 336, Março/Abril de 2002, p. 36-41.
- VIANA, Victor M. Rodrigues (2003). *O conceito de Segurança Alargada e o seu impacto nas missões e organização das Forças Armadas*. Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, nº 58, 10 de Novembro de 2003, p. 91-178.
- ZARTMAN, William (1997). *Toward the Resolution of International Conflicts*. In Peacemaking in International Conflicts: Methods & Techniques. Washington: United States Institute of Peace Press, p. 3-19.

Relatórios e Documentos Oficiais:

- AGENDA PAZ (1992). *An Agenda for Peace Preventive diplomacy, peacemaking and Peace-keeping*. A/47/277 - S/24111. Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. Nova Iorque. 17 Junho 1992. Disponível em:
<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>.
- AJP-01(C) (2007). *Allied Joint Doctrine*. NATO –Bruxelas. Março de 2007.
- AJP-3.4 (2005). *Non-Article 5 - Crisis Response Operations*. NATO –Bruxelas. Março de 2005.
- CEDN (2003). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Diário da República – I Série – B, nº16 – 20 Janeiro de 2003, p. 279-287.
- FM 3-24 (2006). *Counterinsurgency: Field Manual No. 3-24*. Washington: Headquarters Department of the Army. 15 December 2006.



- IAEM (2007). *ME 71-00-08: Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: Instituto Estudos Superiores Militares, 2007.
- LDNFA (1982). *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro com as seguintes Alterações: Lei n.º 41/83 de 21 de Dezembro, Lei n.º 111/91 de 29 de Agosto, Lei n.º 113/91 de 29 de Agosto, Lei n.º 18/95 de 13 de Julho, Lei Orgânica n.º 3/99 de 18 de Setembro e Lei Orgânica n.º 4/2001 de 30 de Agosto.
- MIDLIFE (2006). *Organizing to Fight Terrorism*. In Aula N.º 10: Combating the Terrorism Centre do Curso SS474 - Terrorism and Counterterrorism. West Point. USA.
- SUPLEMENTO (1995). *Supplement To An Agenda For Peace: Position Paper Of The Secretary-General On The Occasion Of The Fiftieth Anniversary Of The United Nations*. A/50/60 - S/1995/1. 3 Janeiro 1995. Disponível em:
<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>

Sítios na Internet

- NYE, Joseph S. Jr. (2007a). *Public Diplomacy and Soft Power*. [Em linha] [Consultado em 10 de Março 2008]. Disponível em:
<http://ann.sagepub.com/cgi/content/abstract/616/1/94>
- NYE, Joseph S. Jr. (2007b). *Smart Power*. [Em linha] [Consultado em 15 de Março 2008]. Disponível em:
http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/smart-power_b_74725.html
- NYE, Joseph S. Jr. (2006). *In Mideast, the Goal is 'Smart Power'*. [Em linha] [Consultado em 18 de Janeiro 2008]. Disponível em:
http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1590/in_mideast_the_goal_is_smart_power.html
- SMART POWER - *Smart Power Equalizer*. [Em linha] [Consultado em 15 de Janeiro 2008].
http://mountainrunner.us/images/SmartPowerEqualizerfindingthemix_FA88/smartwer_20thC2.gif
- <http://www.umpi.maine.edu/~petress/power.pdf> [Em linha] [Consultado em 15 de Janeiro 2008]. Trata das definições, tipologia, descrição, exemplos e implicações do Poder.



Entrevistas

- BRANCO, BGen Carlos Martins (2008) – Ex. Representante português na DPKO - ONU [05 de Fevereiro de 2008]
- VIANA, MGen Rodrigues (2008) – Chefe de Gabinete de SExa o Ministro da Defesa Nacional [07 de Março de 2008]



Apêndice 1 – Corpo de Conceitos

Para possibilitar a apreensão de alguns conceitos adoptados que irão constituir os pilares deste trabalho de investigação, importa definir os seguintes:

1. Assimetria

A assimetria consiste em recusar as regras de combate impostas pelo adversário, tornando imprevisíveis as suas acções. Tal pressupõe simultaneamente a utilização de forças não previstas para o efeito, a utilização de armas contra as quais os meios de defesa não são adequados, a utilização de métodos não convencionais, locais de combate imprevisíveis e o efeito surpresa (Boniface, 2003: 137).

2. Consolidação da Paz

Conjunto de acções destinadas a identificar e apoiar as estruturas com as quais se reforça e solidifica a paz, de modo a evitar o recomeço das hostilidades (Garcia *et al*, 2008, 121).

3. Diplomacia Preventiva

Consiste nas acções protagonizadas por terceiros com o objectivo de impedir a escalada de conflitos e a sua deflagração em violência, impedir que conflitos existentes se espalhem e contaminem o espaço circundante, e impedir o reacendimento de conflitos já debelados (Garcia *et al*, 2008, 121). A Diplomacia Preventiva enquadra a primeira forma de prevenção de conflitos e recorre ao normativo e desenvolve-se numa série de propostas: condenação jurídica da guerra (*jus contra bellum*); regulamentação do direito excepcional à guerra (*jus ad bellum*); regulamentação do exercício (*jus in bellum*); punição do acto de guerra (*jus crimini belli*); e, institucionalização de uma autoridade internacional ou transnacional. Mesmo as formas repressivas ou institucionalizadas agem como preventivas, pelo simples facto da sua existência (Moreira, 1999: 282).



4. Dissimetria

A dissimetria é a procura de uma superioridade qualitativa e/ou quantitativa por parte de um dos contendores (Boniface, 2003: 137).

5. Estratégia

A ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (Couto, 1998).

6. Estratégia Militar

É a componente da Estratégia nacional, que apresenta a forma como o Poder militar deve ser desenvolvido e aplicado para atingir os objectivos nacionais (AJP 1 (C), 2007: 3-1).

7. “Guerra de quarta geração”

A “guerra de quarta geração” é considerada uma forma “de insurreição envolvente” e envolve todas as redes disponíveis – política, económica, social e militar – para convencer os decisores políticos inimigos que os seus objectivos estratégicos são inatingíveis ou demasiado dispendiosos para os retornos esperados (Hammes, 2004: 208).

É fundamentada no preceito de que uma vontade política superior, quando empregue correctamente, pode derrotar um potencial económico e militar muito superior. Usando todas as redes sociais disponíveis para combater, nestes novos conflitos pretende-se atacar directamente as *mentes dos decisores políticos* para destruir a vontade política, em vez de tentar derrotar as suas forças militares (Hammes, 2004: 208).

8. “Guerra em rede”

A “Guerra em rede” é definida pela interacção de redes armadas de actores estatais e não estatais. Incluem grupos paramilitares organizados em volta de um líder, normalmente carismático, senhores da guerra, células terroristas, voluntários fanáticos, organizações criminosas, unidades de Forças Armadas e companhias militares privadas. Estas “novas guerras” englobam um amplo espectro de actores internacionais, mercenários, voluntários



estrangeiros e simpatizantes da diáspora, ONG e jornalistas. Nestes conflitos mais de 90% das baixas são civis aos quais importa aumentar o número crescente de refugiados e deslocados. Estas guerras, por um lado, assumem-se como uma forma de mobilização política em si mesma e por outro, geram um modelo económico próprio e muito concreto, estimulando um modelo regulado informalmente e baseado na violência” (Kaldor, 2003. 79)

9. “Guerra espectáculo”

A “Guerra espectáculo” “caracteriza-se pela utilização de sistemas de armas altamente tecnológicos e modernos utilizando tácticas à distância para reduzir as baixas nas suas tropas. É um tipo de guerra que permite manter a imagem de grande poderio militar por quem a conduz, reduzindo os efeitos negativos da exposição das baixas” (Kaldor, 2003. 84).

10. Guerra neo-moderna

A “Guerra neo-moderna” tem em conta a “evolução das forças armadas clássicas nos grandes países em transição (China, Índia, Rússia) e que mantiveram o seu poderio nuclear. Estas guerras aplicam-se a conflitos limitados entre Estados ou em conflitos de contra-insurreição e assume-se como uma combinação da guerra clássica com recurso a tácticas utilizadas na guerra em rede. Neste caso os países estão dispostos a assumir as baixas” (Kaldor, 2003. 86) para atingirem os seus objectivos.

11. Imposição da Paz

São operações de natureza coerciva e levadas a cabo quando não se obteve o consentimento das facções envolvidas num conflito, ou este consentimento possa ser incerto. São desenhadas para manter ou restabelecer a paz, ou impor os termos de um mandato (AJP-3.4, 2005: 3-3). São normalmente conduzidas ao abrigo do Cap. VII da Carta das Nações Unidas (AJP-3.4, 2005: 2-4).



12. Manutenção da Paz

Consiste na projecção de uma presença de uma força, num determinado território, até aqui com o consentimento de todas as partes envolvidas, envolvendo normalmente militares e/ou polícias e também frequentemente civis (Garcia *et al.*, 2008, 121). São normalmente conduzidas ao abrigo do Cap. VI da Carta das Nações Unidas (AJP-3.4, 2005: 2-4).

13. Operações de Apoio à Paz

São operações multifuncionais e que compreendem um vasto leque de actividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises. Estas operações incluem a prevenção de conflitos, manutenção de paz, imposição da paz, *peacemaking*, consolidação da paz e as operações humanitárias¹. (AJP – 3.4, 2005: 3.1).

14. Poder (de um Estado)

O Poder de um Estado é o produto de recursos tangíveis e intangíveis de que a política desse Estado dispõe, e que esta utiliza para influenciar, condicionar, congregar ou vencer o Poder de outros agentes ou entidades que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses (Moreira, 1999: 221). O Poder pode materializar-se por: coacção, mediante ameaças: indução, mediante pagamentos; ou por influência, atracção e coopção fazendo com que o outra pretenda o mesmo objectivo (Nye, 2004: 2).

15. Poder Económico

É o Poder que decorre da aplicação de medidas de cariz económico, normalmente relacionadas com investimentos, comércio ou fluxos de capitais (AJP-01(C), 2007: 2-19).

¹ A autonomização classificativa das operações humanitárias, que não existia nas propostas taxinómicas da ONU.



16. Poder Diplomático

É o Poder que resulta da aplicação de um conjunto de atributos não tangíveis que vão para além dos meios económicos ou militares e que normalmente se materializa-se pela persuasão (AJP-01(C), 2007: 2-18).

17. Poder Errático

Designa-se por Poder Errático, aquele que assume a forma de terrorismo internacional, não tendo território próprio, precisa de um hospedeiro que forneça o santuário, não procede nos moldes de um Estado, é obedecido por largas massas da população, alimenta o seu orçamento de forma violenta ou consentida, sustenta a força armada e leva a guerra sob a forma de terrorismo a vários Estados diferentes, tem eventualmente um projecto de estabilização final sob a forma de um Estado clássico (Moreira, 1999: 322).

18. Poder Funcional

O Poder funcional de um Estado é aquele que reside na posição geográfica e geoestratégica ou na detenção de recursos vitais para outros Estados. Normalmente assume-se como um elemento ou fonte de Poder autónomo e é característico das pequenas e médias potências (Moreira, 1996: 376 e Castanheira, 2002: 261).

19. Poder Informacional

O Poder Informacional tem como foco de aplicação o ataque à informação e aos sistemas de informação do adversário, e simultaneamente a protecção da informação e dos sistemas de informação próprias (AJP-01(C), 2007: 2-19). Com este Poder busca-se o domínio da Informação para influir no processo de decisão do adversário.

20. Poder Suave - *Soft Power*

Capacidade de atingir os objectivos ou fins ou de levar outros a fazer o que eles de outra forma não fariam (Nye (2002, 70).



21. Resolução de Conflitos

A resolução de conflitos é entendida como a “aplicação não coerciva² dos métodos de negociação³ e de mediação⁴, por terceiros, com vista a desarmar o antagonismo entre adversários e a favorecer entre eles uma cessação durável da violência” Fetherston⁵ (1994). A resolução de conflitos de conflitos implica a remoção das causas profundas e das manifestações de um conflito entre partes e a eliminação das fontes da incompatibilidade das suas posições (Zartman, 1997: 11). Um conflito: (i) é gerido na medida em que os efeitos da violência que ele arrasta são contidos e atenuados pelos adversários ou por terceiros; (ii) está terminado quando se consegue um acordo entre os protagonistas, pondo fim à fase violenta do conflito; (iii) está resolvido quando as suas causas profundas deixam de agir e o comportamento dos antigos adversários deixa de ser belicoso; e (iv) transforma-se em paz durável quando as condições que originaram o conflito deixam de existir e as partes ultrapassam a sua hostilidade se reconciliam David (2001, 284).

22. Restabelecimento da Paz

É o conjunto das actividades diplomáticas executadas após o início do conflito, com o objectivo de estabelecer um cessar-fogo ou um apaziguamento rápido e pacífico e não exclui o apoio militar à acção diplomática através do emprego directo de meios militares, ou de forma indirecta (AJP-3.4, 2005: 3-4). Estas acções são destinadas à conciliação entre as partes desavindas, essencialmente através de meios pacíficos, como os previstos no Capítulo VI da Carta, pelo menos numa fase inicial, sem excluir, em momentos posteriores, o emprego de medidas de pendor coercivo (Garcia *et al*, 2008, 121).

² No entanto, ONU prevê também a utilização de métodos coercivos no âmbito do seu Capítulo VII.

³ A negociação é feita normalmente de forma directa pelos contendores (David, 2001: 285)

⁴ A mediação implica a intervenção de terceiros. Intermediários não implicados no conflitos tais como indivíduos, governos, ONG, etc.

⁵ Citado por David (2001, 284).



Apêndice 2 – O Contexto estratégico e a conflitualidade no pós Guerra-fria

“Os novos conflitos armados são intra-estatais, deixando de estar sujeitos à mera vontade dos governos.”

Charles-Philippe David (2001: 129)

1. O novo contexto estratégico

Um momento da História recente marcou indelevelmente o mundo em que vivemos. A queda do muro de Berlim¹, não resultando de nenhuma acção violenta nem dando origem directa a nenhum conflito, provocou o fim de uma “ordem mundial” de configuração bipolar que caracterizara as últimas quatro décadas (Moita, 2007).

No entanto, a aparente vitória do Ocidente na guerra-fria, esteve longe de significar uma ordem global mais coerente e mais governável e as dinâmicas de fragmentação não tardaram a fazer sentir os seus efeitos e alguns espaços políticos tradicionais entraram em crise² (Garcia *et al*, 2008, 24). O triunfo do modelo ocidental accionou também grandes resistências, ao sabor de estratégias políticas particulares e em nome de modelos de organização social directamente enraizados nas histórias e culturas locais – Islão, identidade asiática, regionalismos (Garcia *et al*, 2008, 26).

A conflitualidade desta “nova ordem”³ apresenta diferenças consideráveis em relação à conflitualidade do período da Guerra-fria. O Sistema Internacional é actualmente “caracterizado por uma aparente contradição: por um lado, fragmentação e por outro, globalização crescente” (Kissinger, 2002, 17). Estas características fazem salientar a crescente importância dos conflitos regionais no actual contexto estratégico, em detrimento dos conflitos à escala mundial. Assim, a ameaça global de conflitos armados entre blocos e potências de nível mundial envolvendo guerras inter-estaduais, parece ter dado lugar, predominantemente a conflitos intra-estatais de intensidade variável, que se reproduzem a nível regional trazendo a conflitualidade para dentro dos Estados (Moita, 2007).

¹ 09 de Novembro de 1989. Conduziu posteriormente ao fim da organização militar do Pacto de Varsóvia em Junho de 1990 e ao colapso da União Soviética em Novembro de 1991.

² Implosão de três entidades federais – a Jugoslávia, a URSS e a Checoslováquia, fragmentação de Estados, minorias reivindicando a independência, conflitos étnicos no Cáucaso e nos Balcãs, reivindicações autonomistas do País Basco à Córsega, à Escócia, ao País de Gales, ao Quebeque.

³ Designada provisoriamente por Adriano Moreira por “Pós Guerra-Fria”.



Os conflitos do tipo intra-estatais afectam e são afectados por factores endógenos ao próprio conflito, cuja matriz dominante é a luta entre grupos de pessoas e não Estados. Destes factores destacam-se os actores em disputa, a luta pelo acesso a recursos naturais, o litígio por territórios de soberania não coincidente com a matriz étnica e social, o acesso ao poder por parte de grupos ou a influência religiosa.

Desta forma, a “era da informação” introduziu um novo paradigma na conflitualidade: independentemente de um Estado enfrentar outro Estado ou um outro actor não estatal, as pessoas, quaisquer que sejam e onde quer que estejam, são o campo de batalha (Smith, 2006: 182). Assistiu-se assim, a grandes mudanças ao nível dos actores que dão corpo à conflitualidade (Moita, 2007). Quando o sistema internacional era relativamente homogéneo, a relação estratégica verificava-se essencialmente entre Estados. Hoje, Estados, organizações internacionais, organizações humanitárias, empresas multinacionais e outras organizações interrelacionam-se, cooperam e conflituam (Couto, 2007: 304).

Se definirmos o Estado na concepção de Weber, como sendo a organização que conserva o monopólio da violência organizada e legítima, verificamos que na actualidade esta concepção está ferida quer na legitimidade quer no monopólio da violência organizada (Kaldor, 2001: 54). Verificou-se a privatização do uso da Força e o fim da detenção do monopólio da Força armada pelo Estado. A debilitação das estruturas dos Estados em crise geraram novos factores de turbulência e abriram campo à proliferação de redes paralelas e de toda a casta de tráficos – armas, droga, pedras preciosas. Estas redes, cada vez mais poderosas, conduzem uma acção subversiva e ameaçam as próprias estruturas dos Estados (Garcia *et al*, 2008, 26) e quando os Estados enfraquecem ou são contestados internamente, surgem guerras civis ou inter étnicas (Boniface, 2003: 13).

Os conflitos surgem cada vez mais em Estados “falidos” ou “colapsados” onde as instituições não funcionam adequadamente e onde alguns grupos recorrem à violência para resolverem os seus contenciosos, quer estes sejam políticos, económicos, étnicos ou religiosos ou ainda porque o acesso a armas é fácil. Por outro lado, alguns dos conflitos actuais têm essencialmente a ver com dificuldades de alguns povos conviverem no mesmo espaço geográfico e resolver os seus problemas de forma pacífica (Solana, 2003: 25). A última década do século XX revelou-se particularmente violenta testemunhando mais de 50 conflitos étnicos religiosos e 170 confrontos fronteiriços (Garcia *et al*, 2008: 27). Embora as fronteiras de definição precária ou o controlo territorial sejam ainda razões para



o início de conflitos armados, assistiu-se ao desuso da guerra de conquista⁴, pois o resultado destas acções revelou-se na maioria dos casos inconsequente (David, 2001: 50).

A estratégia para exercer o controlo do território a dominar deixou de passar exclusivamente por derrotar as forças armadas adversárias, mas passou a ser essencialmente pelo controlo da população (Kaldor, 2001: 128). Assim o controlo do território passou a ser feito de forma indirecta. As pessoas passaram a ser o principal objectivo dos novos conflitos (Smith, 2006: 276). Desta forma, os confrontos armados podem ocorrer em qualquer lugar: na presença de civis, contra civis ou na defesa de civis. Os civis são os alvos e os objectivos a serem conquistados, tanto quanto o são a força opositora. É a “guerra entre pessoas” (Smith, 2006: 182).

Esta guerra entre pessoas introduziu uma outra característica. Os conflitos, embora por norma de “baixa intensidade”, são muito mais sangrentos do que quando se verificava a intervenção e o confronto entre os exércitos clássicos. A ausência de convenções e códigos de conduta neste tipo de conflitos precipitam a ocorrência de “guerras selváticas, decompostas ou degeneradas, criminalizadas e moleculares” onde todos combatem contra todos (David, 2001: 130). Esta tendência pode ser confirmada estatisticamente. Durante as primeiras guerras do século XX, as baixas civis dos conflitos armados cifravam-se ente 10 e 15%, enquanto que nos conflitos após os anos 90 do mesmo século estas baixas representam cerca de 80% das baixas totais (Kaldor, 2001: 131).

A eficácia estratégica parece também estar a sofrer profundas alterações. O potencial militar, mesmo quando aparentemente desproporcionado na contabilidade dos meios em conflito, não garante a obtenção dos objectivos políticos, verificando-se que intervenções armadas de grande envergadura tiveram efeitos perversos e os objectivos pretendidos ficaram aquém das expectativas⁵. Por outro lado, os decisores políticos tradicionais têm grande dificuldade em lidar com as novas formas de violência social, muitas vezes de carácter infra-político⁶ ou com motivações de tipo meta-político⁷ (Moita, 2007).

A nova conflitualidade violenta adopta elementos da guerra convencional, da revolucionária ou da contra-insurreição e a tradicional definição de guerra como “conflito

⁴ A Guerra Irão - Iraque, a invasão do Kuwait e o conflito Etiópia - Eritreia são as excepções.

⁵ A Guerra do Iraque iniciada em 2003 é um exemplo.

⁶ Sem organização política, sem objectivos claros, sem reivindicações ou metas.

⁷ Carácter religioso ou étnico.



entre Estados com o objectivo de cada um subjugar o outro pela força armada para assegurar certas exigências ou reivindicações”, pode também aplicar-se aos movimentos terroristas, a alguns fundamentalismos e agentes de internacionalismo ideológico (Moreira, 1999: 352). O apoio das informações, quer para a detecção em tempo útil da preparação de acções agressivas contra o Estado que se pretende defender, quer para a identificação de redes de crime organizado, ou para impedir a produção ou utilização de armas de destruição massiva por actores que se constituem em ameaça⁸, passa a ser fundamental, face à fragmentação do novo ambiente estratégico (Sacchetti, 2003, 430).

Assiste-se ao fim dos territórios “santuário”⁹, em que o sobrearmamento e as medidas de defesa garantiam a invulnerabilidade (Moita, 2007) e à confirmação da vulnerabilidade dos Estados e das instituições face à emergência de redes de associações criminosas que recorrem a meios coercivos de intimidação colectiva (Viana, 2003: 97). Os ataques terroristas nos EUA em 11 de Setembro de 2001 vieram confirmar este cenário.

Estes acontecimentos de 11 de Setembro “alteraram profundamente a agenda politico-estratégica internacional, criaram novos desafios no âmbito da segurança e defesa e introduziram um novo aspecto qualitativo à “ameaça” na cena internacional tornando ainda mais difusa a fronteira entre esta e a caracterização de “riscos multifacetados e multidimensionais”. (CEDN, 2003: 279). Introduziu-se assim, uma outra característica neste novo ambiente estratégico – o “corte entre os desafios da defesa¹⁰ e da segurança¹¹”. A defesa, em especial dos países ocidentais “em matéria de território e população, está hoje menos em causa do que no passado”. Em contrapartida, “a sua segurança, que passa nomeadamente pela estabilidade política do ambiente e a garantia dos seus aprovisionamentos energéticos, está muito mais ameaçada” (Garcia *et al*, 2008, 26).

As alterações ao nível da conflitualidade parecem, no entanto, apenas uma nova combinação dos “ingredientes” já conhecidos e teorizados (Pureza, 2007). A “era da informação” acelerou os processos e tornou esta conflitualidade cada vez mais

⁸ Esta visão deu origem ao conceito de “acções preemptivas”.

⁹ Os ataques terroristas do 11 de Setembro puseram fim à “santuarização” dos EUA.

¹⁰ “É a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir (...) a independência nacional, a integridade do território e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça extenas.” Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, Artº 1.

¹¹ “ (...) a ausência de ameaças militares e não militares que possam pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que impliquem um risco de utilização da força”. (David, 2001).



diversificada e casuística. Assim, o actual ambiente estratégico internacional é incerto, imprevisível, complexo e perigoso (Viana, 2003: 97) e os conflitos intra-estatais, que vieram juntar-se às guerras do tipo clássico, deverão constituir a forma predominante de conflito e as causas potenciais de futuras crises internacionais (Viana, 2003: 98).

2. Os conflitos Armados

Os conflitos armados a partir do fim da Guerra-fria assumem traços inteiramente novos nas suas dimensões bélicas, políticas, sociais e culturais, conformando um novo tipo de violência organizada (Kaldor, 2001: 25).

A maioria dos conflitos armados da actualidade¹² deixou de ser entre Estados e, com a privatização do uso da força armada, as partes raramente dispõem de um exército convencional. Os combates desenvolvem-se por uma miríade de guerrilhas, por vezes muito bem armadas, que contam com o apoio de mercenários e simpatizantes e por regra, dispõem de um forte apoio externo (Solana, 2003: 26). Desta forma, os actuais conflitos armados caracterizam-se por ter múltiplas unidades de combate, tanto públicas como privadas, estatais ou não estatais ou ainda uma mescla das duas. Encontramos assim, basicamente, cinco tipos diferentes de forças: Forças Armadas regulares, grupos paramilitares; unidades de defesa organizada ou auto-defesa; mercenários e Forças Armadas internacionais, normalmente mandatadas por uma Organização Internacional (Kaldor, 2001: 122). Por outro lado, a presença dos meios de comunicação social, com transmissões em directo, é também uma constante, o que cria fortes condicionamentos às operações militares.

Os novos conflitos armados são também caracterizados quer pela dissimetria¹³ quer pela assimetria¹⁴ e desta forma, tendem a polarizar-se entre o extremo das “guerras relâmpago” e os “conflitos intermináveis” (Moita, 2007). No entanto, verifica-se que as

¹² Mary Kaldor designa-as por “Novas Guerras” - *Las nuevas guerras – Violencia organizada en la era global*. 1ª Edição. Barcelona. 2001. Kriterion Tusquets Editores. ISBN 84-8310-761-9.

¹³ A dissimetria é a procura de uma superioridade qualitativa e/ou quantitativa por parte de um dos contendores (Boniface, 2003: 137).

¹⁴ A assimetria consiste em recusar as regras de combate impostas pelo adversário, tornando imprevisíveis as suas acções. Tal pressupõe simultaneamente a utilização de forças não previstas para o efeito, a utilização de armas contra as quais os meios de defesa não são adequados, a utilização de métodos não convencionais, locais de combate imprevisíveis e o efeito surpresa (Boniface, 2003: 137).



primeiras têm dado origem aos segundos¹⁵ e a assimetria tem-se tornado o conceito central do pensamento dos países ocidentais, nomeadamente dos Estados Unidos, em relação à nova realidade dos conflitos armados (Metz, 2000: xi).

Os novos conflitos, porque são essencialmente de raiz social, são muito difíceis de terminar (Kaldor, 2001: 143) tendendo a ser intemporais e, segundo Moita (2007), têm uma grande descontinuidade no tempo, porque já não são uma campanha composta por uma série sucessiva de batalhas e porque os objectivos pelos quais se combate estão a mudar: combate-se no meio das pessoas; combate-se para preservar a força, em cada nova ocasião são encontradas novas formas de emprego para armas e organizações antigas e as partes são maioritariamente actores não-estatais (Smith, 2006: 307). Estes conflitos passam a ser medidos em décadas em vez de meses ou anos (Hammes, 2004: 208).

Segundo Mary Kaldor, o actual ambiente estratégico provocou a emergência de três novos tipos de conflitos armados ou “novas guerras”: a “guerra em rede”¹⁶; a “guerra espectáculo”¹⁷; e a “guerra neo-moderna”¹⁸ (2003. 78). De forma geral esta sistematização abarca a maioria dos conflitos armados que ocorreram nas últimas duas décadas. No entanto, a designação que parece mais consensual é a apresentada por Hammes, que designa os novos conflitos por “guerras de quarta geração”.

¹⁵ A situação que actualmente se vive no Afeganistão e no Iraque parecem validar esta teoria, pois as “guerras relâmpago” que levaram no Afeganistão ao derrube dos *taliban* e no Iraque à queda do regime de Saddam Hussain, foram de duração muito curta face à dissimetria dos meios em confronto. No entanto, a partir do momento que as forças locais assumiram o combate assimétrico, os conflitos parecem ter entrado numa fase “interminável”.

¹⁶ A “Guerra em rede” é definida pela interacção de redes armadas de actores estatais e não estatais. Incluem grupos paramilitares organizados em volta de um líder, normalmente carismático, senhores da guerra, células terroristas, voluntários fanáticos, organizações criminosas, unidades de Forças Armadas e companhias militares privadas. Estas “novas guerras” englobam um amplo espectro de actores internacionais, mercenários, voluntários estrangeiros e simpatizantes da diáspora, ONG e jornalistas. Nestes conflitos mais de 90% das baixas são civis aos quais importa aumentar o número crescente de refugiados e deslocados. Estas guerras, por um lado, assumem-se como uma forma de mobilização política em si mesma e por outro, geram um modelo económico próprio e muito concreto, estimulando um modelo regulado informalmente e baseado na violência” (Kaldor, 2003. 79)

¹⁷ A “Guerra espectáculo” “caracteriza-se pela utilização de sistemas de armas altamente tecnológicos e modernos utilizando táticas à distância para reduzir as baixas nas suas tropas. É um tipo de guerra que permite manter a imagem de grande poderio militar por quem a conduz, reduzindo os efeitos negativos da exposição das baixas” (Kaldor, 2003. 84).

¹⁸ A “Guerra neo-moderna” tem em conta a “evolução das forças armadas clássicas nos grandes países em transição (China, Índia, Rússia) e que mantiveram o seu poderio nuclear. Estas guerras aplicam-se a conflitos limitados entre Estados ou em conflitos de contra-insurreição e assume-se como uma combinação da guerra clássica com recurso a táticas utilizadas na guerra em rede. Neste caso os países estão dispostos a assumir as baixas” (Kaldor, 2003. 86) para atingirem os seus objectivos.



A “guerra de quarta geração” envolve todas as redes disponíveis – política, económica, social e militar – para convencer os decisores políticos inimigos que os seus objectivos estratégicos são inatingíveis ou demasiado dispendiosos para os retornos esperados. É uma forma *de insurreição envolvente* e é fundamentada no preceito de que uma vontade política superior, quando empregue correctamente, pode derrotar um potencial económico e militar muito superior. Usando todas as redes sociais disponíveis para combater, nestes novos conflitos pretende-se atacar directamente as “mentes dos decisores políticos” para destruir a vontade política, em vez de tentar derrotar as suas forças militares (Hammes, 2004: 208).

a. Síntese conclusiva

O actual ambiente estratégico apresenta diferenças consideráveis em relação ao período da Guerra-fria. A ameaça global de conflitos armados entre blocos e potências de nível mundial envolvendo guerras inter-estaduais, deu lugar a conflitos regionais e predominantemente intra-estatais de intensidade variável.

Tendo o Estado perdido o monopólio do uso da violência organizada, hoje uma miríade de organizações desafiam-no e a sua acção tem-se vindo a tornar cada vez mais condicionada e influenciada pelos actores não estatais, alguns deles com capacidades bélicas de algum relevo, como seja o acesso a armas de destruição massiva.

Com a exploração das dimensões assimétricas da guerra, o controlo do território passou a ser feito de forma indirecta, passando as pessoas a ser o principal objectivo dos novos conflitos e a população o “objectivo” a ser conquistado.

Assim, na nova conflitualidade violenta são usadas todas as redes sociais disponíveis para combater, pretendendo-se atacar directamente as mentes dos decisores políticos para destruir a vontade política, em vez de tentar derrotar as suas forças militares. Desta forma nas “guerras de quarta geração” são utilizadas todas as redes disponíveis – política, económica, social e militar, fazendo uma nova combinação dos “ingredientes” das guerras convencional, da revolucionária e da insurreição, e acelerados pelos recursos ligados à informação.



O ambiente estratégico internacional tornou-se desta forma, cada vez mais complexo, inter-agencial, incerto, multinacional e imprevisível. É com base neste novo enquadramento que os Estados são desafiados a conduzir a sua estratégia¹⁹ e a empregar os seus elementos de Poder nacional, nomeadamente o seu Poder Militar, quer em proveito da sua estratégia nacional quer na participação na resolução de conflitos numa perspectiva de segurança mundial.

¹⁹ No âmbito deste trabalho adoptamos como definição de Estratégia “a ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo” (Couto, 1998).